Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social

BUNKYO

www.bunkyo.org.br

Bunkyo Empresarial

Editado pela Comissão de Relações Empresariais Nº 5 Outubro 2016

Apresentação

O Boletim Empresarial de edição Nº 5 apresenta sete textos. Os textos tratam sobre análise da economia japonesa, energia, gestão nas empresas e as notas resenham diversos temas. Os três textos seguintes relatam sobre imigração japonesa em Registro estado de São Paulo e Campo Grande estado de Mato Grosso do Sul.

1. Uma Nota Sobre a Economia Japonesa - O Professor Akihiro Ikeda apresenta nessa nota uma avaliação da economia japonesa desde o inicio do século passado até os dias atuais. Destaca as transformações ocorridas após o final da II Guerra Mundial e aos desafios que o país enfrenta na atualidade **2**

2. Energias renováveis - Trabalho de Maria Gorete da Silva apresenta um quadro da produção energética mundial, onde faz um comparativo da evolução do consumo de energia no mundo, dos novos investimentos em energia por fontes renováveis e o futuro desse tipo de energia. Também analisa o Brasil no contexto do consumo mundial de energia, inclusive de fontes renováveis **9**

3. Sistema de Gestão - Texto do Paulo Hirai trata do Sistema de Gestão e relata a importância e a necessidade deste conhecimento pelas empresas **16**

4. Notas Diversas - Trata-se de cinco textos que abordam diferentes temas econômicos e demográficos da atualidade. São eles: 1. A produtividade na agricultura mundial 1961-2011, 2. A produção de cafés diferenciados, 3. As exportações de soja, 4. A persistência da inflação e 5. Menos casamentos no Japão **17**

5. Imigração Japonesa em Registro: Ápice e Decadência da Teicultura - O texto de Carlos Haruo Adachi apresenta um breve histórico da Teicultura no Brasil, desde as primeiras tentativas da introdução no Brasil do cultivo do chá preto até a sua consolidação na região de Registro como grande produtora de chás de boa qualidade, inclusive para exportação. O autor mostra a evolução da cultura, desde as primeiras sementes plantadas na década de 1920 em Registro, até o auge da sua produção nos anos setenta, com a instalação de muitas empresas produtoras. Finalmente, analisa a decadência desta atividade **24**

6. Imigrantes Japoneses em Registro – Dedicação e Perseverança na Cultura do Chá Preto - Newton Shiozawa e Emi Shiozawa apresentam na figura da empreendedora Ume Shimada, um panorama dos primeiros imigrantes que introduziram o cultivo do chá preto na região de Registro no início do século passado **26**

7. Comendador Luiz Alexandre de Oliveira - Matéria de autoria de Jorge Joji Tamashiro publicada no livro "Kibo no Daitsi" – Terra de esperança, da associação de Okinawa de Campo Grande – MS, onde presta homenagem ao Comendador Luiz Alexandre de Oliveira, advogado e magistrado que defendeu os direitos e interesses da colônia japonesa daquela região **30**

1. Uma Nota Sobre a Economia Japonesa

(*) Akihiro Ikeda

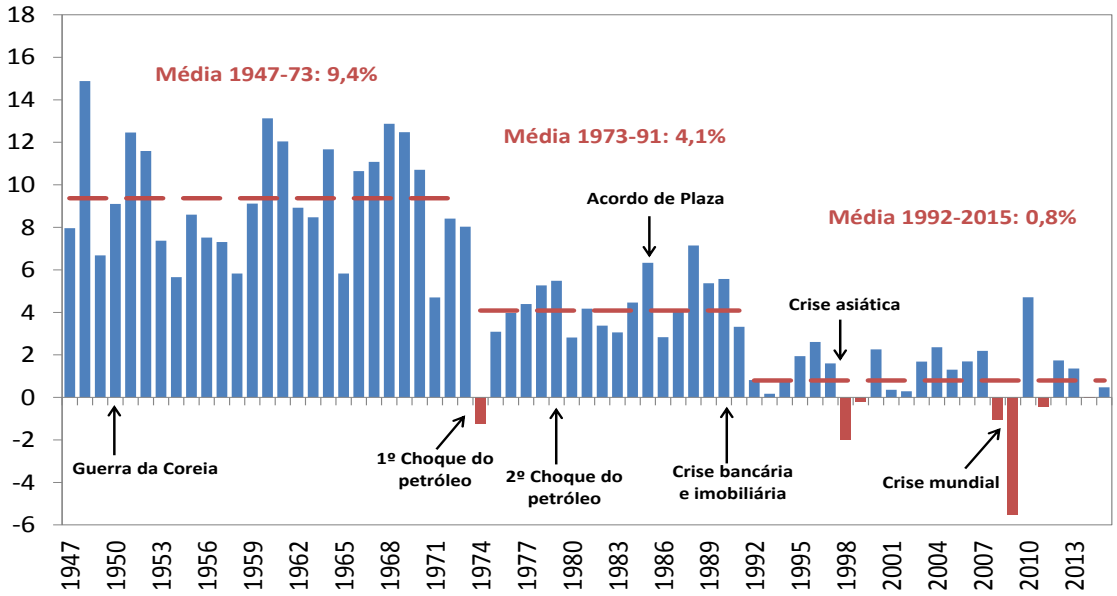
1. Reforma e crescimento

Especialistas concordam que as reformas durante a ocupação do Japão pelos Estados Unidos, finda a II Guerra, foram importantes para o intenso crescimento econômico que se seguiu. Elas incluíam: i) destruição dos "zaibatsu", enormes conglomerados de empresas, ii) distribuição de terras agrícolas que estavam em mãos de grandes proprietários que mantinham algumas características do período feudal, e iii) permissão para a organização dos sindicatos dos trabalhadores. Teria contribuído para a rápida sindicalização a liquidação dos "zaibatsu" que empregavam mão de obra com salários baixos e outras condições ruins de trabalho (Masahiro Takada, "Japan's Economic Miracle: Underlying Factors and Strategies for the Growth", Lehigh University Paper, 1996). É de se notar que, mesmo antes da II Guerra, a população tinha elevado nível de escolaridade e a indústria japonesa empregava tecnologias avançadas, bases importantes para a expansão que se seguiria. Entre 1890 e 1935 a economia japonesa cresceu à taxa média anual de 3,1% (Takatoshi Ito, "Japan and the Asian Economies: A Miracle in Transition", Brookings Papers on Economic Activity, 1996).

Ao término da guerra os três problemas conjunturais mais agudos eram: a) elevado desemprego decorrente da desativação da produção militar e do retorno das tropas; b) escassez de alimentos e de energia pela paralisação parcial das minas de carvão; e c) inflação alta causada pelo descontrole monetário. Em 1948 os preços ao consumidor subiram 83,4% dando origem ao Plano Dodge, conduzido por Joseph Dodge, que obrigou o país a equilibrar o orçamento, suspender novos financiamentos do Reconstruction Finance Bank, reduzir subsídios em alguns casos e eliminar em outros.

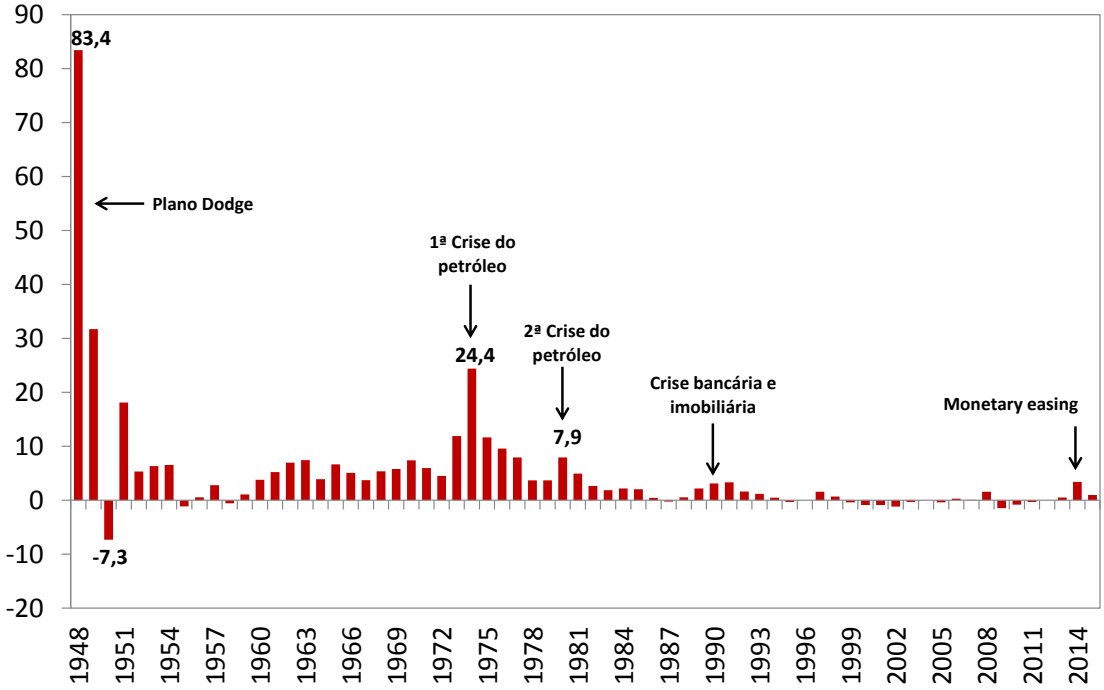
As reformas melhoraram os fundamentos da economia. Ela começou a deslanchar. A Guerra da Coréia, no início da década de cinquenta, significou um estímulo adicional. O Japão introduziu avanços no padrão dos seus produtos, aperfeiçoou o controle de qualidade e adotou novas tecnologias. Insistiu na produção em massa de baixo custo, impondo maior presença no mercado mundial de manufaturados. Ao passar do tempo alterou a sua estrutura produtiva de acordo com a evolução do mercado. Concentrou-se inicialmente na exportação de têxteis, brinquedos e manufaturas leves. Materiais eletrônicos, aço e navio vieram nas décadas de sessenta e setenta, e automóveis e semicondutores na de oitenta. O governo, através do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MITI), teve papel destacado na política industrial, no estímulo à exportação e na proteção do mercado interno.

Gráfico 1: PIB real do Japão: variação anual (%)



Fonte: The World Economy: A Millennial Perspective (1947-1970); Banco Mundial (1971-2014)

Gráfico 2: Japão - Preços ao consumidor (variação % a.a.)



Fonte: Statistics Bureau of Japan

2. Crises do petróleo e suas consequências

A primeira crise do petróleo em 1973 provocou efeitos extremamente negativos nos países dependentes de importação em larga escala. O impacto no Japão, um dos principais importadores mundiais, foi desastroso: i) PIB real caiu de uma expansão de 8,0% em 1972 para -1,2% em 1973; ii) preços ao consumidor subiram 11,9% em 1973 e 24,0% no ano seguinte; e iii) ritmo de crescimento da economia reduziu-se nos anos subsequentes a menos da metade dos anos anteriores (9,4% aa no período 1947/72, e 4,1% aa no período 1973/91).

Com relação à inflação, Robert L. Hetzel entre outros, ("Japanese Monetary Policy: A Quantity Theory Perspective", Federal Reserve Bank of Richmond Economic Quarterly) diz que ela já estava aumentando antes da crise do petróleo, provavelmente em virtude de uma política monetária expansionista, à qual se sobrepôs um vigoroso reajuste de preços de energia cuja geração era bastante dependente de usinas térmicas movidas a óleo. A recessão de 1974 foi causada por uma conjugação de fatores: a) relutância da população em aumentar os gastos de consumo, por causa da diminuição de riqueza com a queda do valor real dos ativos financeiros, agravada por um esforço maior de poupança das famílias; e b) elevação de custos nas empresas e diminuição dos lucros resultando numa redução dos investimentos; c) valorização do iene; e d) maiores gastos nas empresas impostos pelos regulamentos de prevenção de práticas poluidoras.

No segundo choque do petróleo a política monetária conseguiu manter a inflação em patamares menos preocupantes. O crescimento encolheu em proporções menores, de 5,5% em 1979 para 2,8% em 1980. A economia japonesa nessa crise teve desempenho muito melhor do que a do Mundo e a dos Estados Unidos em termos de crescimento e de inflação.

Variações anuais do PIB real nas crises do petróleo (%)

	1ª Crise				2ª Crise			
	1973	1974	1975	1976	1979	1980	1981	1982
Mundo	6,6	1,5	1,0	5,0	4,2	1,8	2,2	0,4
Estados Unidos	5,9	-0,5	-0,2	5,4	3,1	-0,3	2,5	-2,0
Japão	8,0	-1,2	3,1	4,0	5,5	2,8	4,2	3,4

Fonte: Banco Mundial

Variação anual dos preços ao consumidor nas crises do petróleo (%)

	1ª Crise				2ª Crise			
	1973	1974	1975	1976	1979	1980	1981	1982
Mundo					11,3	14,0	12,7	10,5
Estados Unidos	6,2	11,0	9,1	5,7	11,3	13,5	10,3	6,2
Japão	11,6	23,2	11,8	9,4	3,7	7,8	4,9	2,7

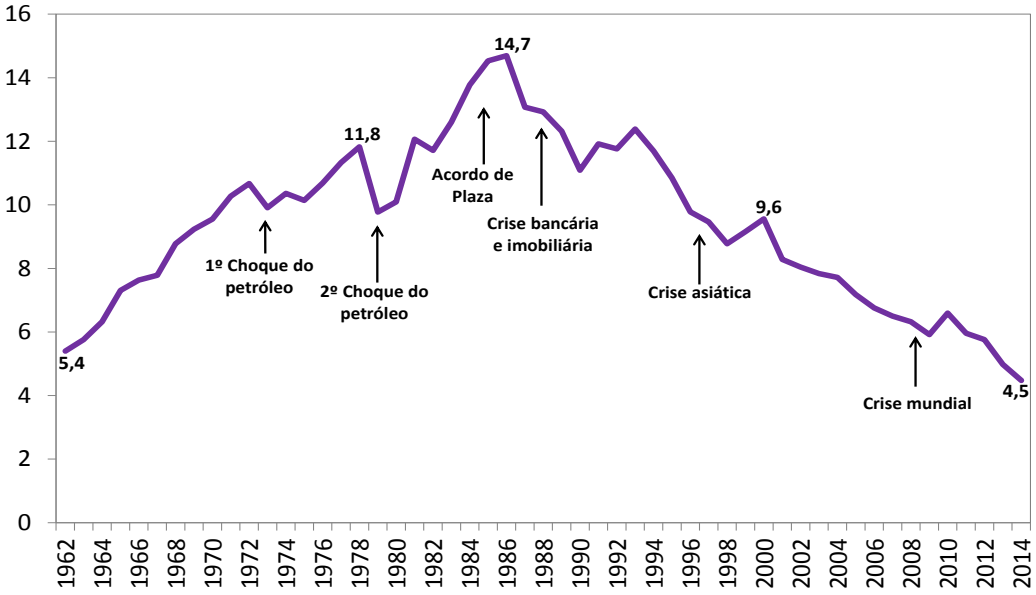
Fonte: Banco Mundial

3. Crise bancária e imobiliária

No Acordo de Plaza, celebrado em 1985, os Estados Unidos pressionaram a Alemanha e o Japão, países com grandes superávits comerciais, para valorizarem as suas moedas. A Alemanha não concordou. O Japão acabou por ceder elevando o iene de 239 por US$ em 1985 para 168 em 1986 e para 145 em 1987. Para reduzir o efeito depressivo da valorização cambial adotou uma política monetária expansionista (gráfico 4). Uma das consequências dessa valorização foi a transferência de indústrias para a China – especialmente de bens de consumo - com o objetivo de exportar para o próprio mercado japonês. Ela constituiu uma parcela significativa do elevado volume de investimento das empresas japonesas na China, atraídas pelo enorme potencial do seu mercado em expansão com a vantagem de contar com custos modestos da mão de obra e com benefícios concedidos pelo governo.

A valorização do iene marcou ainda o início da deterioração das exportações japonesas de manufaturados, como mostra o gráfico 3. A participação do Japão nas exportações mundiais começa uma trajetória declinante de longo prazo, perdendo-se um dos pilares do desenvolvimento desse país.

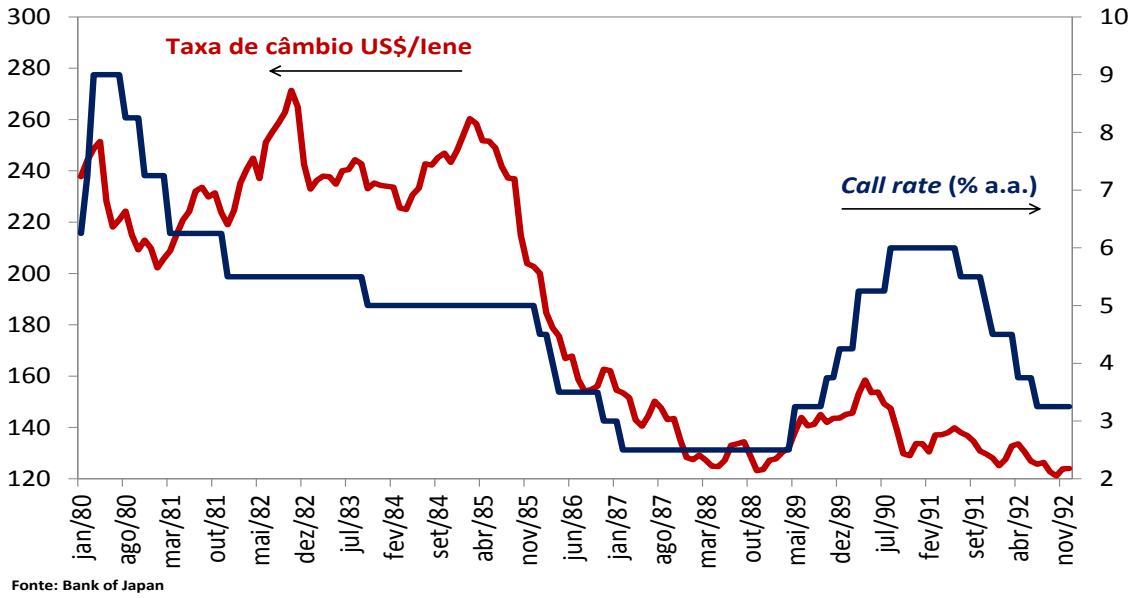
Gráfico 3: Participação do Japão nas exportações mundiais de manufaturados (%)



Fonte: Banco Mundial

Análises posteriores indicaram que a excessiva liquidez monetária desse período foi uma das causas da rápida elevação dos preços de imóveis e ações ao final da década de oitenta. Somou-se a essa situação monetária uma desregulamentação do sistema bancário e do mercado de capitais causando a forte e duradoura crise que começou com os bancos e contaminou toda a economia.

Gráfico 4: Taxa de câmbio e *"call rate"* do Banco do Japão



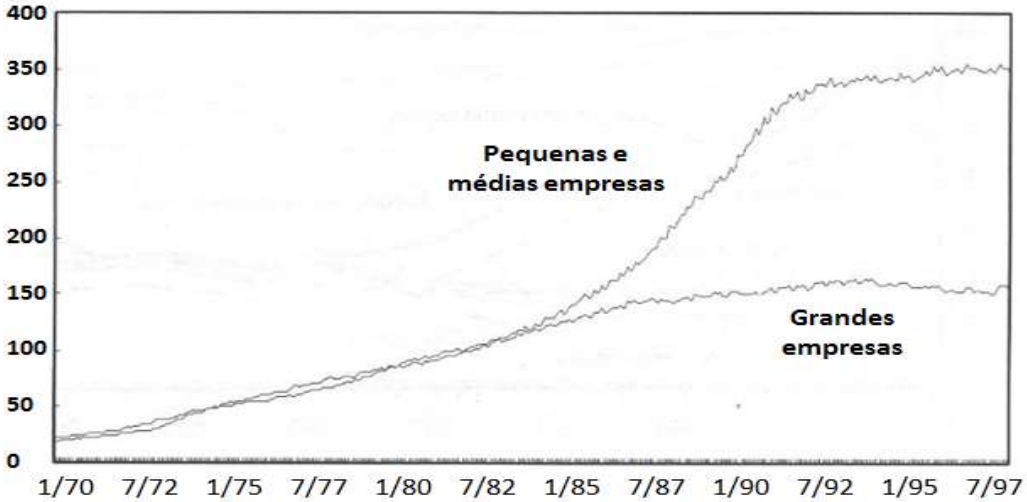
Fonte: Bank of Japan

Professor Ryoichi Mikitani, da Kobe Gakuin University, sugere que quando a economia japonesa atingiu um padrão de crescimento parecido com os países industriais do Ocidente, no final da década de setenta, era chegado o momento de: i) alterar a política industrial administrada pelo governo para um novo regime que fosse guiado pelo livre mercado, e ii) mudar o sistema financeiro bastante regulado pelo Ministério das Finanças para outro menos regulado, mais competitivo, livrando-se de um corporativismo japonês para um regime mais transparente de administração. Em outros termos, de um padrão japonês para um padrão global. Entretanto, as desregulamentações foram conduzidas com gradualismo, preservando interesses do velho regime ("*The Facts of the Japanese Financial Crisis*", *Institute for International Economics, Special Report* 13, setembro 2000).

Anil K. Kashiyap, professor de economia na Graduate School of Business, University of Chicago, observa que a crise financeira surgiu com o início da desregulamentação. Tal processo tinha três aspectos mutuamente inconsistentes (Institute for International Economics, Special Report 13, setembro 2000): i) maiores facilidades para as empresas, principalmente as maiores, captarem recursos no mercado de capitais, prejudicando a posição dominante dos bancos domésticos como fornecedores de recursos; ii) não permitir que as poupanças das famílias migrassem para um sistema alternativo, não bancário, o que aumentou excessivamente o recurso nas mãos dos bancos; e iii) incompleta ampliação do poder dos bancos que não somente inibiu a exploração de novas formas de negócios mas dificultou a redução de seu tamanho embora parcela de seus clientes tenham migrado para outras fontes de financiamento.

Yoshinori Shimizu, da Hitotsubashi University, School of Management ("Convoy Regulation, Bank Management, and the Financial Crisis in Japan", Institute for International Economics, Special Report 13, setembro 2000), mostra que na década de oitenta os recursos do sistema bancário cresceram de forma dramática pela introdução de uma nova conta de depósitos com taxa de juros mais elevada. Como a taxa de juros dos empréstimos era regulada, os resultados dos Bancos dependiam do aumento de volume. A consequência foi que, apesar do aumento cada vez maior de recursos, houve uma redução de negócios com grandes empresas, mais seguras, tendo que financiar tomadores que apresentavam maior risco e garantias colaterais de pior qualidade, com ênfase em projetos imobiliários.

Gráfico 5: Empréstimos bancários por dimensão dos tomadores (trilhões de ienes)



Fonte: Shimizu, Y. Convoy Regulation, Bank Management, and the Financial Crisis in Japan. In: Mikitani, R. and Posen, A. Japan's Financial Crisis and Its Parallels to U.S. Experience.

4. Persistência de estagnação econômica

Ben Bernanke ("Japanese Monetary Policy: A Case of Self-Induced Paralysis?", Institute for International Economics, Special Report 13, setembro de 2000) levanta algumas questões, ao se referir à longa estagnação. "Será que o modelo econômico japonês limitado pelo conservantismo da sociedade que coloca muito valor no consenso está bem equipado para enfrentar a veloz mudança tecnológica, social e econômica que acontece atualmente no Mundo? O problema do sistema bancário japonês, por exemplo, pode ser interpretado como sendo a colisão de um sistema financeiro baseado numa relação tradicional com as forças da globalização, desregulação e inovação tecnológica. Parece seguro que, no longo prazo, o sucesso econômico do Japão dependerá do país alcançar uma transformação estrutural que aumente a sua flexibilidade e abertura à mudança sem sacrificar a sua força tradicional".

Entretanto, continua Bernanke, no curto prazo a política macroeconômica é que conta, enfatizando o seu assunto predileto, a política monetária. Observa alguns equívocos cometidos no passado: i) não ter seguido uma política restritiva em 1987/89, o que contribuiu para a "bolha"; ii) tentativa aparente de "furar" a bolha do mercado de ações em 1989/91 que induziu o desastre dos preços dos ativos; e iii) não ter adotado política monetária expansionista adequada em 1991/94 quando os preços dos ativos, o sistema bancário e a economia declinaram de maneira acelerada. Foi somente a partir de 1995 que houve uma mudança importante, tornando-se bem expansionista. O "call rate" do Banco Central teve a seguinte evolução, como cita o autor:

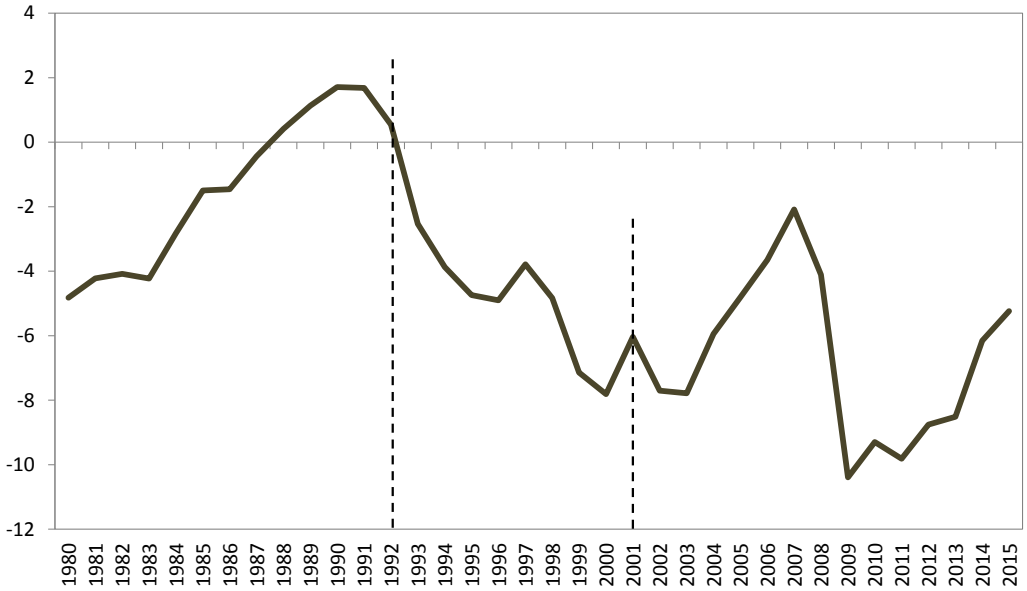
"Call rate" do Banco do Japão (%)								
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
6,45	3,91	2,48	2,27	0,46	0,48	0,46	0,23	0,03

Existem controvérsias sobre o papel da política monetária como instrumento para estimular a economia. Mas parece haver concordância que o problema básico teria sido de insuficiência da demanda agregada, durante todo o tempo depois da "bolha" (aproximadamente 10 anos, período de que tratam os textos citados). Na realidade, políticas expansionistas, monetária e fiscal em conjunto, não conseguiram fazer com que o país retomasse um crescimento razoável, provavelmente pela demora, timidez, e mau direcionamento na sua adoção.

Hiroshi Yoshikawa, professor de economia da Universidade de Tóquio, não acredita que a dificuldade dos Bancos tenha sido a única e a mais importante origem da longa estagnação do Japão ("The Japanese Economy in the Next Decade", Journal of Japanese Trade & Industry, vol.21, março/abril

de 2002). Ele enfatiza a ineficiência da política fiscal como sendo o fator fundamental do problema. Com um agravante. O risco e a incerteza em relação ao futuro das finanças públicas estão deprimindo o consumo corrente. Pode-se separar a economia japonesa em dois setores, um altamente eficiente de produção manufatureira, outro pouco eficiente composto de pequenas empresas e de autônomos, particularmente no setor não manufatureiro, incluindo a agricultura e a construção. Não seria errôneo dizer que os gastos públicos nesse setor têm como objetivo apenas sustentar empresas ineficientes. Esses gastos são realizados em prejuízo dos investimentos necessários em infraestrutura das grandes cidades, na revolução tecnológica da informação e outras novas tecnologias, que fazem parte do grupo de bens e serviços com enorme potencial de demanda futura.

Gráfico 6: Japão - Resultado fiscal (% do PIB)



Fonte: FMI

Naoyuki Yoshino e Farhad Taghizadeh-Hesary, do Asian Development Bank Institute ("Japan's Lost Decade: Lessons for Other Economies", ADBI, abril de 2015), não concordam com a tese de que a estagnação japonesa decorre de uma situação em que a política monetária é impotente para estimular a economia, conhecida como "armadilha da liquidez". Referindo-se ao uso do investimento público no início da década de noventa, especificamente no período 1991-1993, chamam a atenção para a queda drástica do impacto da política fiscal, produzindo poucos estímulos. O grosso do investimento público tem se concentrado no interior, como a agricultura, onde seu efeito é menor. Trata-se de uma má alocação de recursos, direcionada a setores relativamente menos produtivos.

Produtividade Marginal do Capital

	Capital Privado	Capital Público
1955-1959	0,835	0,247
1960-1964	0,869	0,322
1965-1969	0,820	0,361
1970-1974	0,474	0,180
1975-1979	0,314	0,094
1980-1984	0,281	0,072
1985-1989	0,242	0,062
1990-1993	0,241	0,059

Fonte: Yoshino, N.; Taghizadeh-Hesary, F. Japan's Lost Decade: Lessons for Oher Economies. ADBI Working Paper Series Nº 521 April 2015

Para Yoshino e Taghizadeh-Hesary a economia, em vez de questões conjunturais, encontra-se envolta em problemas de natureza estrutural: i) envelhecimento da população; ii) dependência excessiva dos governos locais da transferência de recursos do governo central (no orçamento de 2015 do governo central o percentual a ser transferido é de 16%, que solidifica uma situação cômoda para eles e reduz a preocupação em revitalizar as economias regionais); e iii) requisitos de capital (Base I) que faz com que bancos japoneses relutem em fornecer recursos para novos empreendimentos e para empresas de pequeno e médio portes, o que desestimula a inovação e o progresso tecnológico.

O problema demográfico do Japão é bem conhecido: a população total vem declinando nos últimos 15 anos. O mesmo ocorre com a quantidade de jovens até 14 anos. A população em idade ativa (15 a 64 anos), que representa a parcela apta a trabalhar, segue a mesma tendência. Em contrapartida, o número de idosos (mais de 65 anos) vem aumentando e deve continuar. A razão de dependência (gráfico 8) vem se deteriorando desde o início da década de noventa, apesar da queda do número de jovens até 14 anos. A carga sobre a força de trabalho para sustentar os inativos fica cada vez mais pesada. A diminuição da população em idade ativa pode impor dificuldades para expandir o produto real (PIB), a menos que aumente a razão (força de trabalho/população em idade ativa). Esse quociente no Japão depende i) de uma maior disposição das mulheres em participar da atividade produtiva remunerada, e ii) de alterações na legislação do trabalho como explicitam os autores (último parágrafo). Estimular um maior fluxo imigratório também poderia ser uma ajuda. A escassez de mão de obra implica em aumentar continuamente a sua produtividade, se o objetivo for o crescimento econômico. A aritmética é simples: a variação (relativa) do PIB é igual à variação (relativa) da produtividade por unidade da mão de obra mais a variação (relativa) do número de pessoas empregadas. Se não existir mais pessoas para trabalhar somente o aumento da produtividade conduz ao aumento do produto real.

O gráfico 7 mostra o padrão de comportamento da taxa de natalidade e de mortalidade de alguns países. Mesmo nos países emergentes de renda per-capita média as taxas de crescimento demográfico vêm se reduzindo e a tendência nas próximas décadas é a diminuição da população total (taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade). O comportamento da razão de dependência demográfica (gráfico 8) mostra que o Brasil vai continuar a desfrutar, por mais alguns anos, do chamado "bônus demográfico" (fase declinante da curva) e a Índia por mais tempo ainda. A China já se encontra desde 2010 pagando um "ônus", e o Japão há mais tempo.

Os autores enfatizam que o Japão possui a taxa mais elevada de expectativa de vida no Mundo, porém a idade obrigatória de aposentadoria é ainda de 65 anos, o que provoca um desperdício da força de trabalho. No sistema japonês, continua os salários relacionados com a idade e o tempo de trabalho, o que inibe a contratação de pessoas de idade.

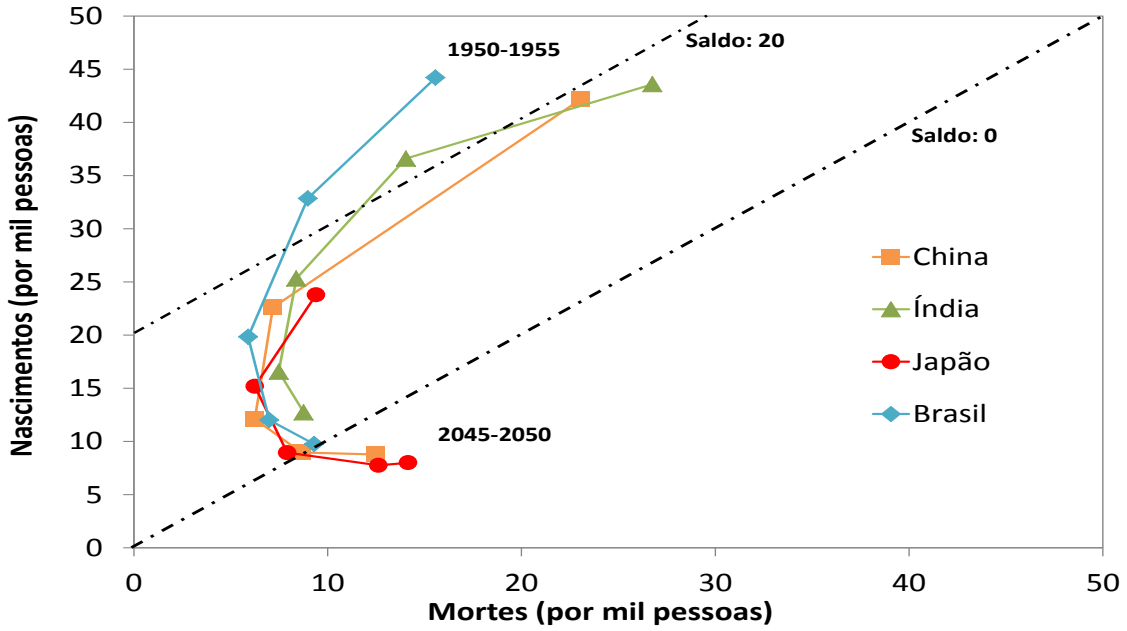
População Japonesa, em milhões

	0-14	15-64	65 ou +	Total
1950	29,1	49,1	4,1	82,2
1960	27,9	59,3	5,3	92,5
1970	25,0	71,4	7,3	103,7
1980	27,3	78,1	10,5	115,9
1990	22,4	85,3	14,6	122,2
2000	18,4	85,7	21,6	125,7
2010	16,9	81,2	29,2	127,3
2020	15,8	73,7	35,6	125,0
2030	14,7	68,9	36,6	120,1
2040	13,9	61,0	38,9	113,8
2050	13,4	55,1	39,0	107,4

Fonte: ONU - World Population Prospects: The 2015 Revision

Gráfico 7: Taxa de natalidade e mortalidade

Períodos: 1950-1955, 1975-1980, 2000-2005, 2025-2030 e 2045-2050



Fonte: ONU - World Population Prospects: The 2015 Revision

(*)Akihiro Ikeda foi Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda, Chefe da Coordenadoria Econômica do Ministro da Agricultura, Secretário Especial de Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Presidente da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo do Hospital Santa Cruz e Professor assistente de Estatística Econômica e de Econometria da FEA/USP.

2. Energias renováveis

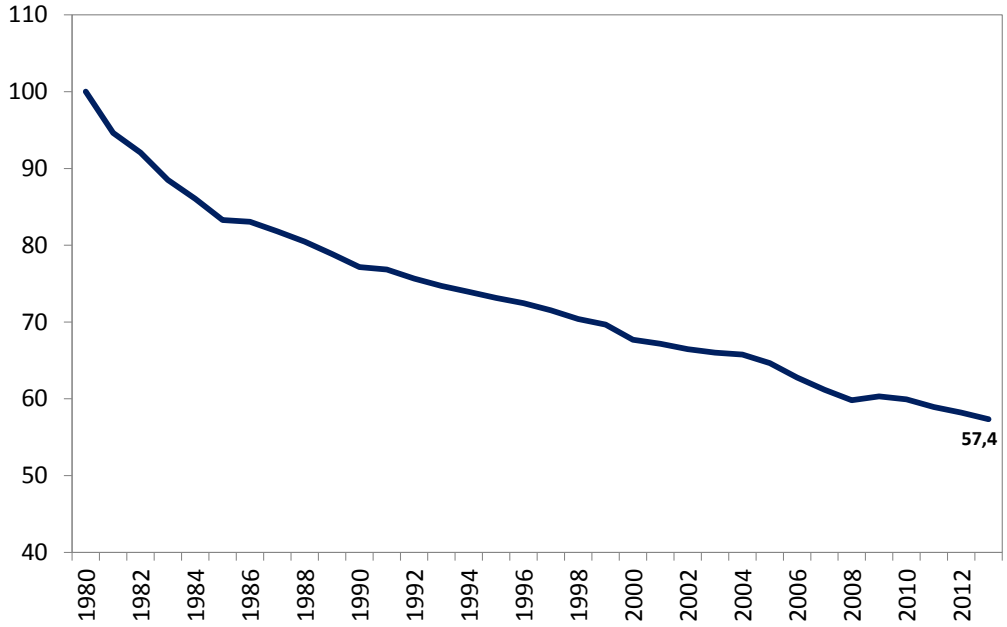
(*) Maria Gorete da Silva

A produção energética mundial por fontes renováveis apresentou aumento substancial nos últimos anos. As fontes alternativas de energia, as energias renováveis modernas, que há pouco tempo eram vistas de forma "experimental", hoje já ganham destaque na captação de investimentos em diversos países. Os problemas de instabilidade na oferta de fontes tradicionais de energia, como as crises do petróleo na década de 1970, que elevaram os preços e prejudicaram as contas externas dos países importadores, incentivaram a produção de fontes alternativas de energia renovável. Além disso, a crescente preocupação ambiental acelerou esse processo. Conforme a produção aumenta e a tecnologia avança, os custos vão se reduzindo e as fontes de energia renováveis vão ganhando maior espaço. É o caso da Apple, empresa de tecnologia, que vai começar a produzir energia limpa para suprir todo o seu consumo nos Estados Unidos, um exemplo recente entre inúmeros outros.

1. Consumo total de energia

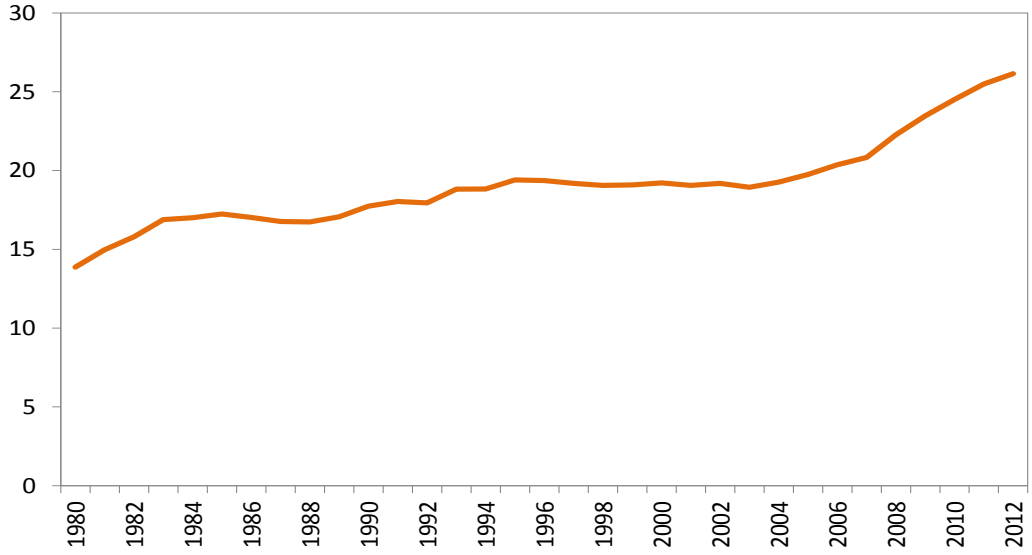
O consumo mundial de petróleo por unidade do PIB vem caindo constantemente, como pode ser visto no gráfico 1. Isso se deve principalmente ao aumento da eficiência na utilização de energia. O gráfico 2 mostra o consumo de energia renovável sobre o consumo de petróleo, que apresentou crescimento nos últimos anos e atingiu 26% em 2012.

Gráfico 1: Mundo - Consumo de petróleo por unidade de PIB (1980=100)



Fonte: Banco Mundial, EIA - U.S. Energy Information Administration

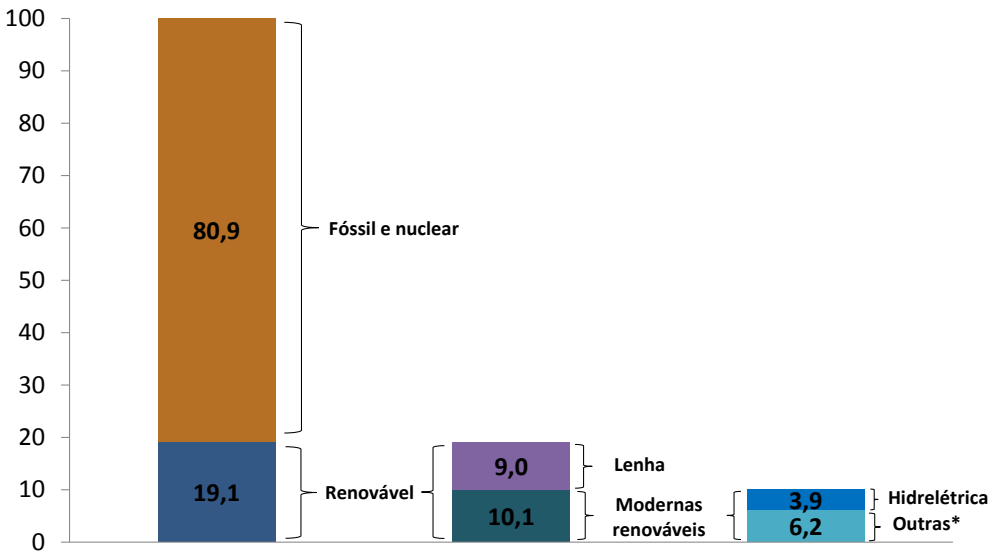
Gráfico 2: Mundo - Consumo de energia renovável* / consumo de petróleo (%)



Fonte: EIA *Hidrelétrica, geotérmica, eólica, solar, maremotriz, biomassa, resíduos e biocombustíveis.

A participação de fontes de energia fóssil e nuclear, que são poluentes e não são renováveis, no consumo total de energia no mundo, ainda é bem maior que as fontes renováveis, com 80,9% do total. As energias renováveis se dividem entre lenha 9,0% e 10,1% de modernas renováveis. Das modernas renováveis, 3,9% são hidrelétricas e 6,2% correspondem ao total de energia consumida no mundo são originárias das fontes solar, eólica, geotérmica, biomassa e biocombustíveis. O Brasil consome proporcionalmente mais energia renovável que o mundo. Em sua matriz energética, 42% provêm de fontes renováveis.

Gráfico 3: Mundo - Participação das energias renováveis no consumo total de energia 2013 (%)

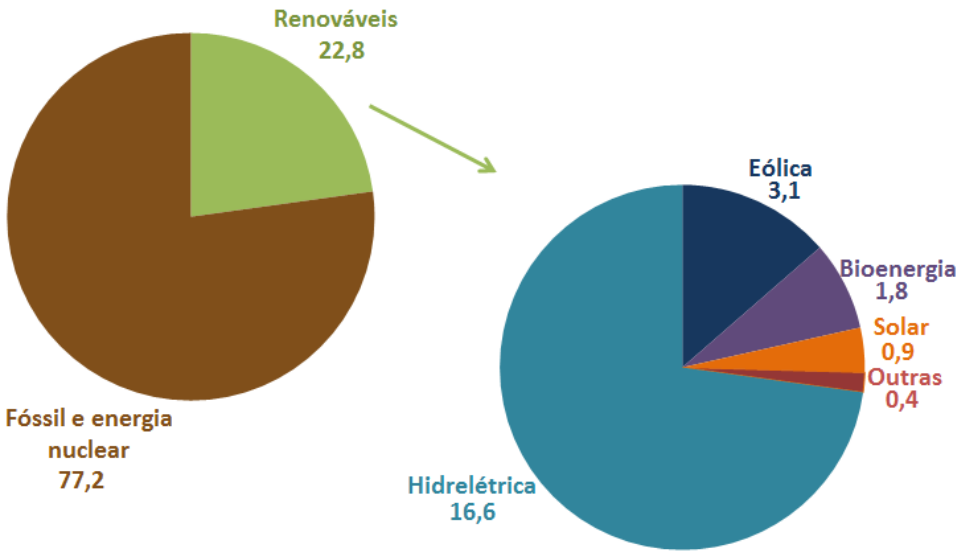


Fonte: Renewables 2015 - Global Status Report – UNECE *Eólica, Solar, Biomassa, biocombustíveis, geotermica

2. Eletricidade

Considerando somente as fontes de energia voltadas para a produção de eletricidade, as renováveis representam 22,8% da produção mundial, de acordo com o Renewables 2015 Status Report. Entre as energias renováveis, as hidrelétricas têm a maior representatividade, 16,6% do total da produção mundial de eletricidade. Em seguida vem a energia eólica com 3,1%, a bioenergia (energia elétrica a partir da biomassa) com 1,8%, a energia solar com 0,9% e os outros tipos de energia com 0,4%. No Brasil, a participação das energias renováveis na produção de eletricidade corresponde a 84%, com participação predominante das hidrelétricas.

Gráfico 4: Mundo - Participação das fontes renováveis na produção mundial de energia elétrica, 2014 (%)

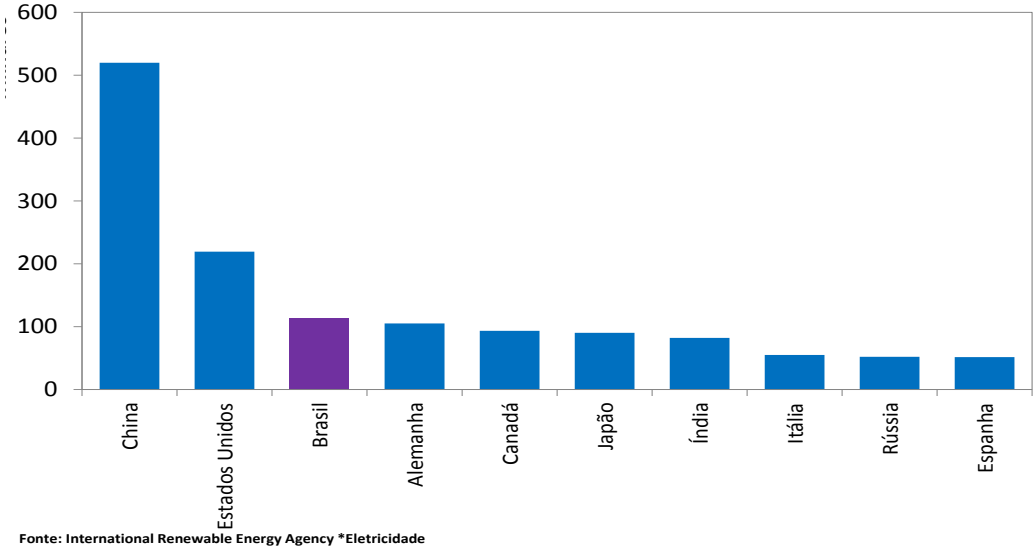


Fonte: Renewables 2015 - Global Status Report – UNECE

O Brasil ocupa o 3º lugar entre os países com maior capacidade instalada de energias renováveis, considerando as hidrelétricas. Porém, na comparação excluindo as hidrelétricas, o país cai para a 9ª posição. Os dados são da International Renewable Energy Agency e representam a capacidade máxima de geração de energia elétrica líquida de usinas e outras instalações. China, Estados Unidos e Alemanha se destacam na capacidade instalada excluindo hidrelétricas.

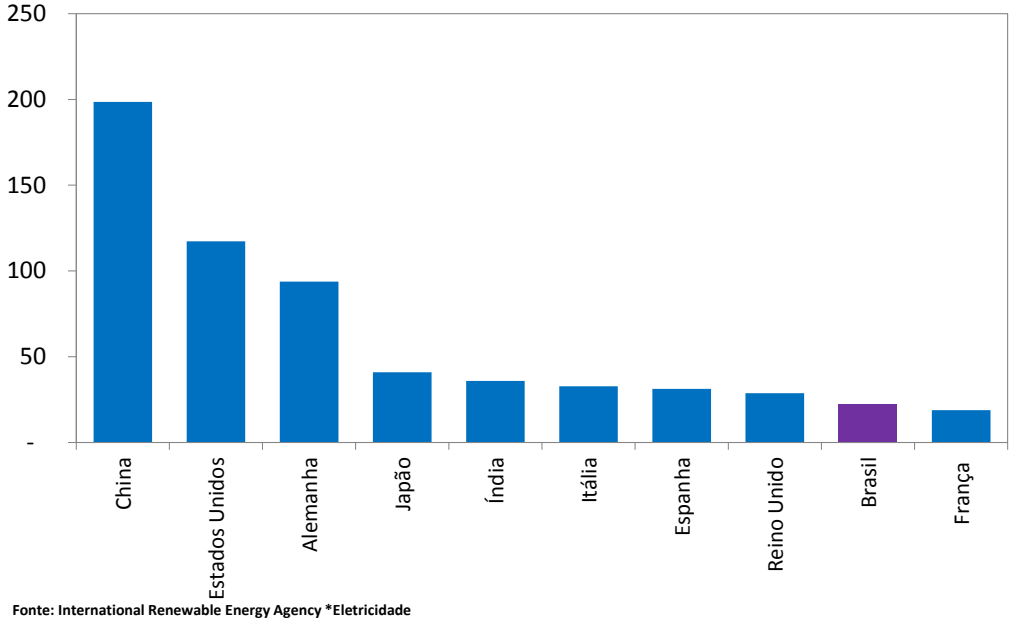
No total, a capacidade instalada das energias renováveis, no mundo, cresceu de 1.036 GW em 2006 para 1.985 GW em 2015. Excluindo as hidrelétricas, o aumento foi de 144 GW para 776 GW, no mesmo período, com destaque para energia eólica e solar, como pode ser visto no gráfico 7.

Gráfico 5: Mundo - Capacidade instalada de energia renovável*, *incluindo* hidrelétrica, dos dez principais países, em gigawaltts (2015)



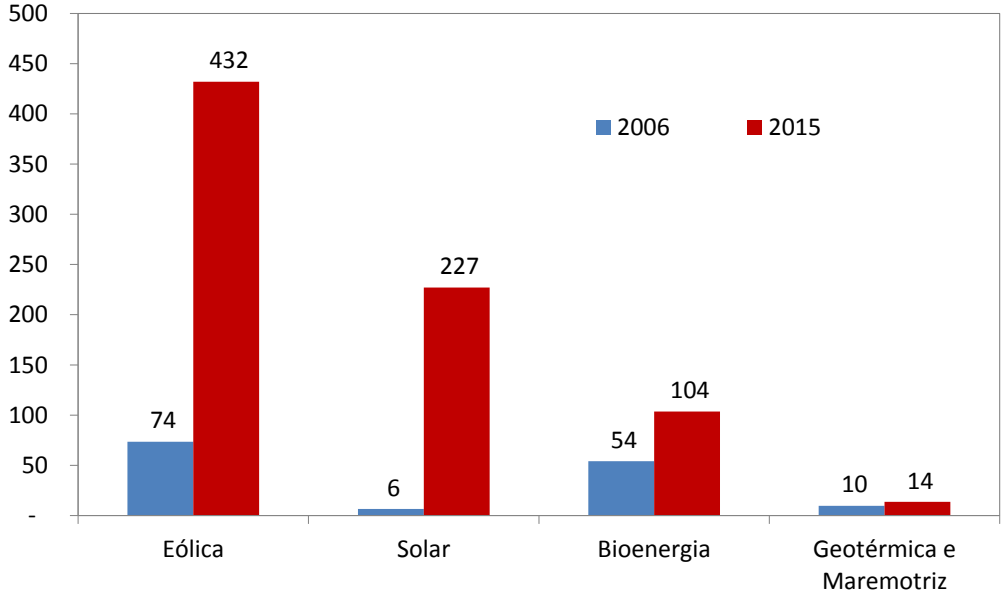
Fonte: International Renewable Energy Agency *Eletricidade

Gráfico 6: Mundo - Capacidade instalada de energia renovável*, *excluindo* hidrelétrica, dos dez principais países, em gigawaltts (2015)



Fonte: International Renewable Energy Agency *Eletricidade

Gráfico 7: Mundo - Capacidade instalada de energia renovável*, por tecnologia, excluindo hidrelétrica, gigawaltts

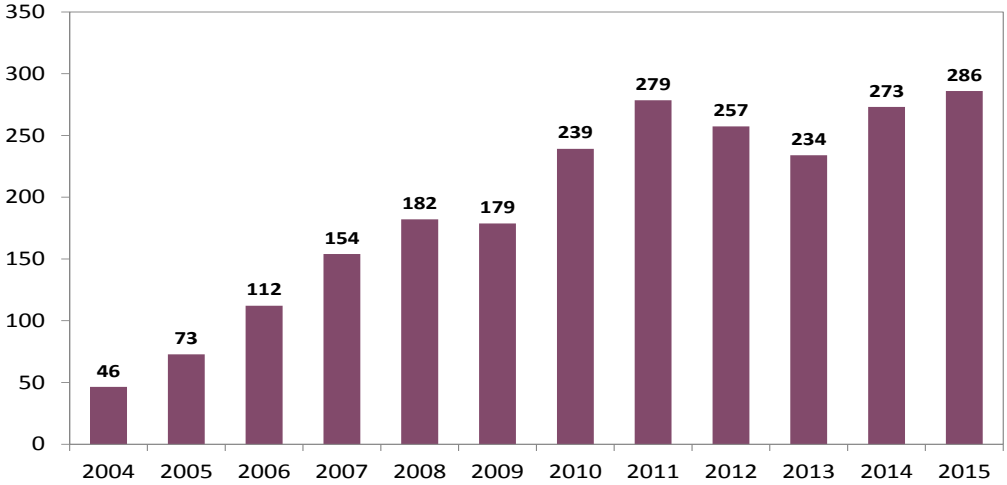


Fonte: International Renewable Energy Agency *Eletricidade

3. Novos investimentos em energias renováveis

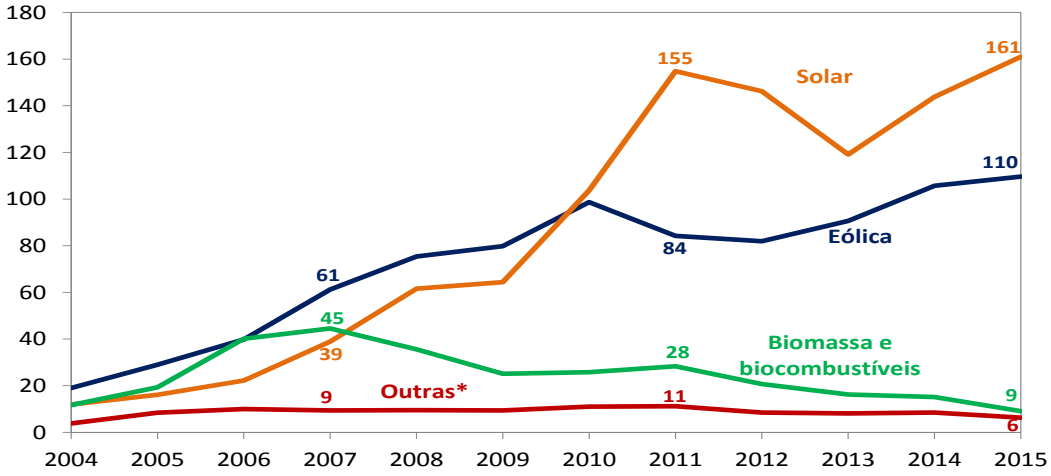
Em 2015, os novos investimentos em energias renováveis bateram o recorde, US$ 286 bilhões, de acordo com o Global Trends in Renewable Energy Investment 2016, o recorde anterior foi o de 2011, US$ 279 bilhões. Os valores correspondem a investimentos em energia eólica, solar, geotérmica, maremotriz, biocombustíveis, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Esta última tem menor impacto ambiental que as hidrelétricas de grande porte. As energias solar e eólica são as que mais recebem investimentos. A China, os Estados Unidos e os países da Europa em conjuntos, são os que mais investem.

Gráfico 8: Novos investimentos em energias renováveis (US$ bilhões)



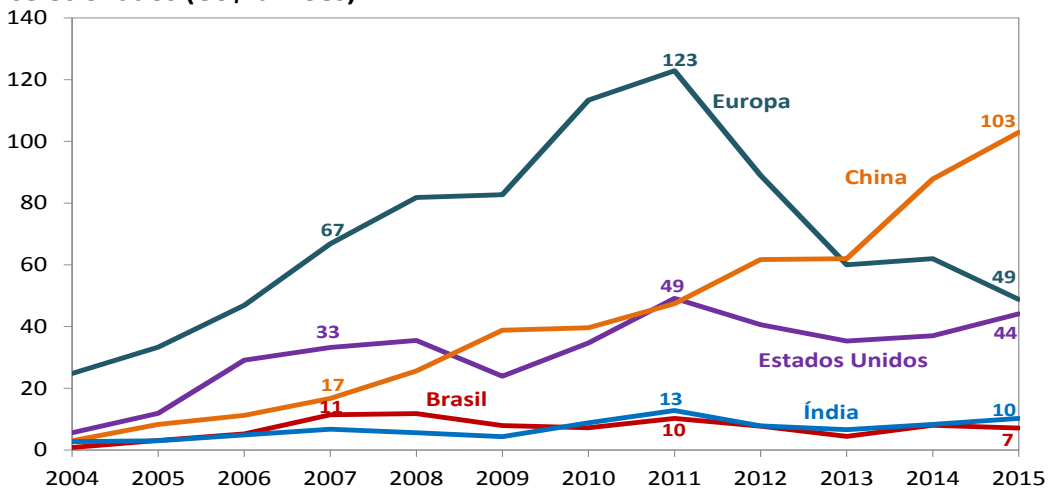
Fonte: Global trends in renewable energy investment 2016 - UNEP; BNE. *Solar, eólica, biomassa, biocombustíveis, geotérmica, maremotriz e pequenas centrais hidrelétricas

Gráfico 9: Novos investimentos em energias renováveis, por tecnologia (US$ bilhões)



Fonte: Global trends in renewable energy investment 2016 - UNEP; BNEF. *Geotérmica, maremotriz e pequenas centrais hidrelétricas

Gráfico 10: Novos investimentos em energias renováveis*, países e região selecionados (US$ bilhões)



Fonte: Global trends in renewable energy investment 2016 - UNEP; BNE. *Solar, eólica, biomassa, biocombustíveis, geotérmica, maremotriz e pequenas centrais hidrelétricas

4. O futuro das energias renováveis

O futuro das energias renováveis no mundo é bastante promissor, apesar de representarem um percentual muito pequeno, elas vêm crescendo de forma acelerada. São as energias do futuro, por serem renováveis, seus recursos são praticamente inesgotáveis, diferentemente das energias de origem fóssil, que não são repostas pela natureza de forma rápida. Não se sabe ao certo quando as reservas de petróleo, carvão e gás irão se esgotar, mas é provável que se gaste cada vez mais recursos para extração em lugares cada vez mais remotos, inviabilizando a utilização dessas fontes. O debate em torno das questões ambientais é outro fator que está por trás do processo de aceleração da substituição das energias poluentes. Um dos principais entraves para a geração de energia através de fontes renováveis são os altos custos iniciais, mas que, com o avanço das tecnologias, vêm caindo gradativamente. Os custos da energia solar no Texas, estado americano que vem aumentando a produção de energias renováveis, recuaram 48% desde 2010, e devem continuar diminuindo à medida que os painéis solares passarem a ser produzidos em maior escala e se tornarem mais eficientes[1].

A matriz de energia elétrica brasileira é 84% de fontes renováveis, mas a hidrelétrica predomina. É preciso aumentar a capacidade energética do país de forma diversificada, pois as hidrelétricas, apesar

1 http://br.wsj.com/articles/SB12709391474502214054004582282170508609772

de serem limpas e renováveis, causam grande impacto ambiental em sua construção. Além disso, diversificar as fontes de energia traria maior segurança energética. Na crise hídrica recente, a geração de energia das hidrelétricas não foi suficiente e as termoelétricas, que são mais caras e poluentes, precisaram ser acionadas. Uma forma de obter mais segurança é a utilização de fontes energéticas que são complementares, como é o caso da energia eólica, pois nos períodos de estiagem, quando a produção nas usinas hidrelétricas cai, a geração de energia eólica é mais favorecida.

O Brasil é um país riquíssimo em potencial de geração de energia renovável. Segundo Wilson Ferreira, presidente da CPFL Energia, a capacidade instalada de geração de energia solar é de 20 MW, enquanto o potencial é de 118 mil MW, e no caso da energia eólica, a capacidade instalada está em torno de 8 mil MW, mas tem potencial de 300 mil MW. Juntas, energia eólica e solar tem potencial de geração de energia elétrica que representa três vezes o total da capacidade instalada que existe hoje no Brasil, que é de aproximadamente 140 mil MW[2]. Apesar de terem participação ainda pequena na matriz energética, as energias renováveis estão em expansão e a energia eólica é a que mais vem crescendo. As iniciativas no setor são de 2009 e hoje a energia eólica já é competitiva até com a energia hidrelétrica em termos de custo. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia, a capacidade instalada de energia eólica aumentou mais de 50% só no ano de 2015[3].

"Estamos no meio de uma revolução na área de energia", disse Wilson Ferreira. Mas ainda não se pode descartar a utilização de fontes de energia tradicionais, elas terão papel importante na transição. O mais importante é investir em educação, pesquisa e desenvolvimento para promover a inovação e melhorar as tecnologias de fontes alternativas. As energias renováveis como a eólica, solar e biomassa, possuem ainda um benefício adicional que é a geração de emprego, pois demandam mais mão de obra que as fontes convencionais de energia, propiciando ganhos sociais.

(*) Maria Gorete da Silva é economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2 http://revistagalileu.globo.com/Caminhos-para-o-futuro/Energia/noticia/2015/11/fontes-renovaveis-serao-protagonistas-no-futuro-da-energia-do-brasil.html

3 http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/energia-eletrica/publicacoes/boletim-de-monitoramento-do-sistema-eletrico/boletins-2015

3. Sistema de Gestão

(*) Paulo Hirai

O ambiente de negócios mudou significativamente nas últimas duas décadas. O crescimento econômico prevaleceu por muitos anos e moldou o pensamento gerencial de várias gerações de dirigentes de empresas. A redução ou o quase desaparecimento desse crescimento traz enormes implicações para as empresas. A concorrência se acirrou, margens foram reduzidas e mecanismos de gestão, antes bem-sucedidos, deixaram de sê-lo. Em todos os países, várias empresas, anteriormente prósperas e sólidas, enfrentam a decadência e mesmo o desaparecimento.

Essa nova realidade econômica tem gerado um grande "stress" nas empresas em todo o mundo.

O mundo de hoje exige uma rápida e contínua adaptação das empresas às constantes mutações do ambiente sócio-econômico.

Os produtos e os serviços produzidos pelas empresas estão se tornando cada vez mais complexos, exigindo atenção redobrada aos detalhes de fabricação e de comunicação. Produtos são oferecidos com um pacote de serviços com o objetivo de satisfazer uma ou mais necessidades dos consumidores e clientes.

As técnicas e os processos de gestão hoje disponíveis são bastante sofisticados e tem ainda ajudado a produzir bons resultados em várias empresas. O que não quer dizer que mesmo essas empresas não tenham sérios problemas.

No tempo em que os rádios eram à válvula, o seu desenvolvimento chegou a um alto grau de sofisticação. Porém as possibilidades tecnológicas das válvulas estão muito aquém dos semicondutores. Por mais que se investisse no desenvolvimento dos rádios à válvula, esses não poderiam competir com os novos rádios com transistores e circuitos integrados.

O mesmo fenômeno ocorre nas empresas de hoje cujo sistema de gestão ainda está baseado em "tecnologia de válvula". Funcionaram bem e prestaram bons serviços, mas não podem competir com sistemas de gestão desenvolvidos sobre nova tecnologia.

Áreas de ineficiência flagrantes eram aceitáveis em tempos de fartura. Não mais nos dias de hoje.

Mesmo nas empresas com gestão sofisticada e elaborados sistemas de planejamento estratégico, é flagrante a ausência de uma ponte entre o grande movimento representado pelas mudanças estratégicas e os muitos pequenos movimentos de melhoria existentes e necessários por todas as áreas da empresa.

A base da evolução das empresas é a sua gestão. Gestão que deve envolver todos os principais agentes com interesse na empresa, e todos os recursos devem ser utilizados em sua plenitude para a consecução dos objetivos da empresa.

Empresas acumulam riquezas e geram produtos e serviços para a satisfação das pessoas na sociedade. Como tal devem ser respeitadas, preservadas e desenvolvidas. Empresas, diferentemente dos seres vivos, podem se renovar e não estão condenadas à morte por um relógio biológico. Empresas podem ser eternas. Empresas são riquezas da sociedade e não podem ser dilapidadas por uma má gestão.

O grande problema do processo de gestão das empresas é que os fundamentos se tornaram inadequados. É necessário repensar todo o arcabouço conceitual da base da gestão atual e o da possível alternativa.

Nas empresas é muito comum se falar e discutir a sua gestão, mas muito raro se falar de **sistema** de gestão.

Existem alguns estudos sérios sobre sistemas de gestão das empresas, mas ainda assim são necessários estudos compreensivos, fáceis de entender e estruturados com a linguagem do dia a dia das pessoas da empresa de forma a permitir a sua rápida adoção.

Este texto busca dar uma contribuição à arte de dirigir e gerenciar empresas nos tempos atuais.

As ideias aqui expostas são fruto de estudos conceituais, observações e vivência dentro das empresas. Viver em empresas não necessariamente dá a alguém a visão do sistema de gestão e dos problemas intrínsecos ao mesmo, e o mais provável é que desenvolva uma visão parcial e eventualmente distorcida da questão. Estudos acadêmicos são necessários para se conseguir ter uma visão equilibrada do funcionamento da gestão das empresas. Empresas não são laboratórios de teste de teorias, mas sempre é possível desenvolver teorias e conceitos à luz das experiências vividas ainda que parciais.

Sistemas de gestão abrangem toda a empresa e é virtualmente impossível ao longo de uma vida coletar observações e fatos pertinentes para se derivar tal sistema. Contudo os conceitos, teorias e estudos já existentes permitem partir de um ponto já bastante avançado.

Visões holísticas do homem, como as expostas no trabalho de Abraham H. Maslow, e das empresas, como as englobadas nos trabalhos de W. Edwards Deming, Yoshio Kondo e outros, ajudam a entender a essência das empresas e facilitam a visão do todo. Trabalhos de Peter Drucker, Michael Porter, Peter Senge e vários outros autores muito ajudam a entender os processos básicos da gestão das empresas.

A sociedade precisa de empresas vibrantes e bem administradas para produzir riquezas, bens e serviços, e satisfação das pessoas.

Melhorar a gestão das empresas é contribuir para o bem-estar de toda a sociedade.

O Sistema de Gestão no Estilo japonês pode ajudar em muito as empresas brasileiras para melhorar a produtividade, a qualidade e a capacidade de inovar.

Bibliografia

“Introduction to Quality Control” – Kaoru Ishikawa – 3A Corporation

“Motivação Humana” – Yoshio Kondo – Editora Gente

“TQC – Controle da Qualidade Tota”l – Vicente Falconi Campos – Fundação Christiano Otoni

“Gerenciamento pelas Diretrizes” - Vicente Falconi Campos - Fundação Christiano Otoni

“Qualidade: A Revolução da Administração” – W. Edwards Deming – Cambridge University Press Syndicate

“Métodos Estatísticos para Melhoria da Qualidade” – Hitoshi Kume – AOTS/Editora Gente

(*) Paulo Hirai é presidente da Associação Hida - AOTS do Brasil.

4. Notas Diversas

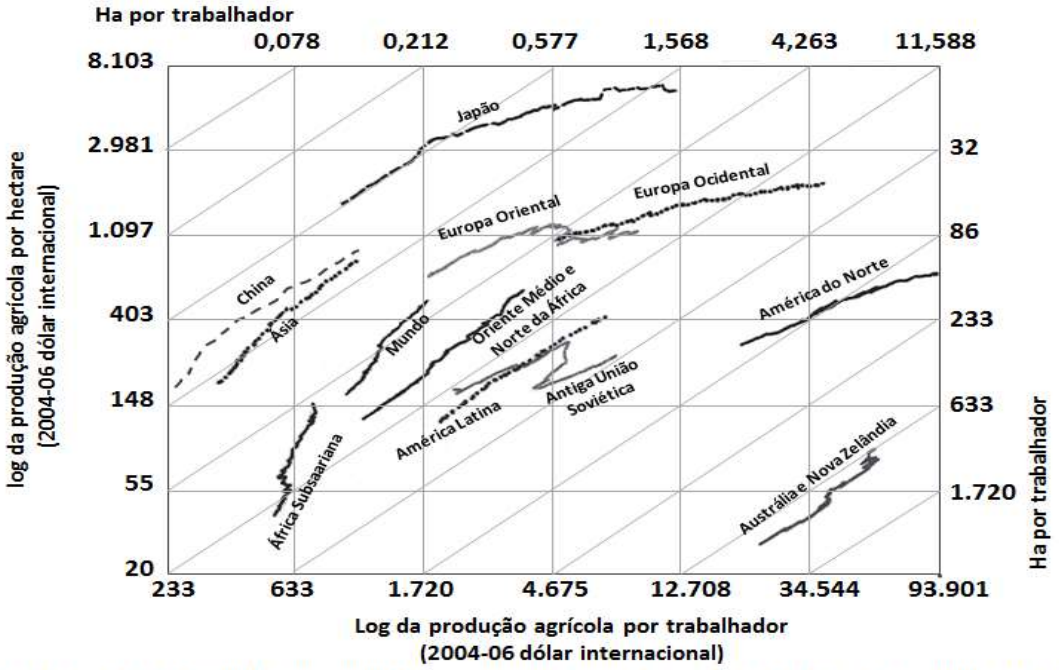
1. Produtividade na agricultura mundial 1961-2011

Uma das tarefas da agricultura é suprir alimentos à população crescente. Não somente em quantidade, mas em qualidade para atender as alterações da demanda em decorrência da melhoria das condições de vida. Ela tem cumprido de maneira bastante satisfatória o seu papel, pela incorporação de fatores tradicionais, terra, capital e mão de obra, de insumos modernos como fertilizantes e sementes melhoradas, de técnicas e processos avançados de produção e de uso cada vez mais intensivo de equipamentos sofisticados. A mão de obra que hoje atua nesse setor não lembra em nada aquela de meio século atrás, iletrada e com parcos conhecimentos. A ênfase dada pelos países nas pesquisas e

na aplicação dos resultados pelos produtores tem sido a principal causa do aumento sustentado da produtividade.

O gráfico mostra a evolução da produtividade da terra e da mão de obra em diversas regiões (em Julian M. Alston e Philip G. Pardey, “Agriculture in the Global Economy”, Journal of Economic Perspectives, vol 28, no. 1, Winter 2014). A produtividade da mão de obra encontra-se no eixo horizontal e a da terra no eixo vertical. Nota-se que a produtividade dos dois fatores tem crescido no tempo, tanto nas regiões relativamente intensivas em mão de obra como Japão, China e restante da Ásia, como nas regiões intensivas em terra, Austrália, Nova Zelândia e América do Norte {as linhas no gráfico indicam a série de 1961 a 2011, e a reta de 45 graus representa a relação constante (hectare/trabalhador)}. Nas regiões mais ricas, Europa, Japão e América do Norte, a produtividade da mão de obra tem crescido relativamente mais do que nas regiões menos ricas. Na África, a região mais pobre, o crescimento tem sido modesto.

Produtividade da terra e do trabalho, por região, 1961-2011



Fonte: Alston, J.; Pardey, P. Agriculture in the Global Economy. Journal of Economic Perspectives Vol. 28, No. 1, Winter 2014 (pp. 121-46)

A tabela a seguir mostra o aumento da produção agrícola de 1961 a 2011:

Valor global da produção por região, 1961 e 2011 (US$ bilhões de 2005 PPP)

	1961		2011	
	Produto	%	Produto	%
Países de renda alta	327	43,8	591	24,6
Europa Orient. e ex-Un. Sov.	103	13,8	155	6,5
Ásia e Pacífico	178	23,9	1.070	44,7
Am. Latina e Caribe	69	9,2	307	12,8
Oriente Médio e N. África	28	3,7	125	5,2
África Sub-Sahara	42	5,6	149	6,2
Mundo	746	100,0	2.397	100,0

Fonte: Julian M. Alston e Philip G. Pardey

No período de 50 anos a produção mundial cresceu à taxa de 2,36% aa, enquanto a população que passou de 3,018 bilhões em 1960 para 6,929 bilhões em 2010, teve uma expansão anual de 1,68%,

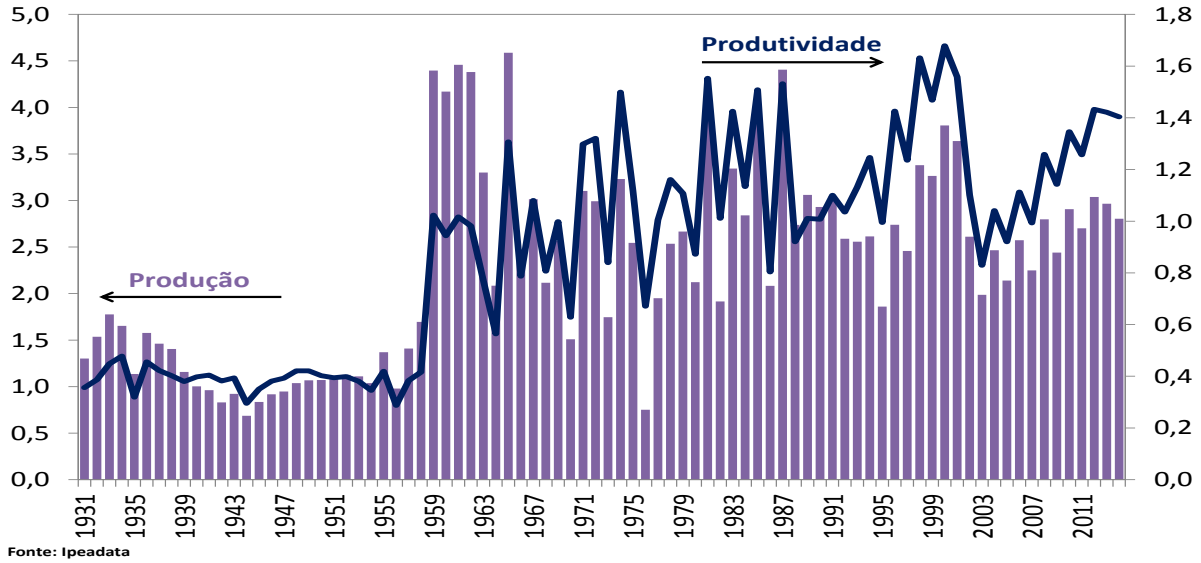
o que indica um importante acréscimo de alimento por pessoa. Nos países desenvolvidos a produção aumentou num ritmo muito menor (1,19% aa) em relação às regiões de menor desenvolvimento (2,97% aa). Não significa que a questão do acesso à comida dos pobres esteja resolvida. Da população atual de 7 bilhões, algo como 2 bilhões de pessoas ainda passam fome ou não tem comida suficiente, segundo a ONU. Vivem mal nutridas. Reflete uma situação econômica e social complexa, envolvendo falta de conhecimento, de emprego e de renda. A agricultura tem ainda grande potencial de produção desde que haja demanda a ser atendida.

2. Cafés diferenciados

O Brasil é o maior produtor mundial de café, e o segundo maior consumidor depois dos Estados Unidos. É o maior exportador há quase duzentos anos. Até recentemente exportava-se quantidade, não se dando conta de que café de melhor qualidade poderia significar maior retorno. O país vem se ajustando ao aumento da demanda, aqui e no exterior, por cafés diferenciados. A diferenciação pela qualidade na produção iniciou-se com a criação da Associação Brasileira de Cafés Especiais em 1991 (Caderno do Agronegócio, jornal O Estado, 31/8/2016). Café para ser considerado de qualidade superior passa por uma análise física dos grãos (defeitos, má formação, grãos quebrados) e por uma degustação (fragrância, doçura, acidez e corpo). De acordo com o texto, em 2015 o Brasil exportou 36,5 milhões de sacas de café, dos quais 6,5 milhões foram de cafés diferenciados. O ágio médio neste ano, até julho, foi de 27,4% sobre a média total do preço do café exportado.

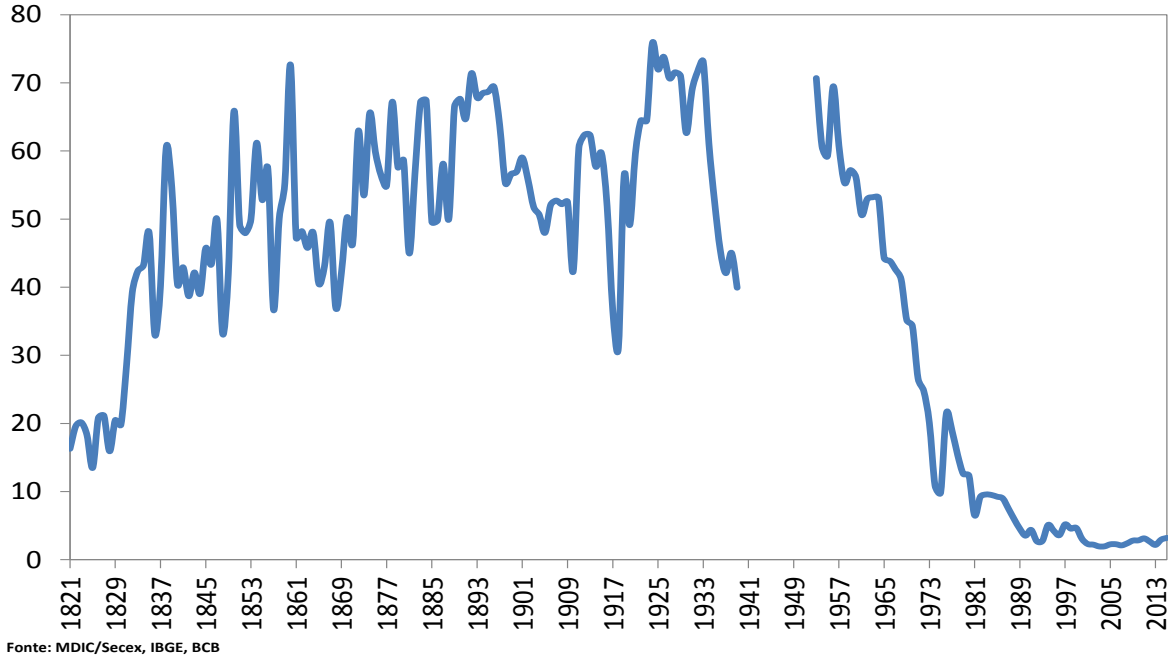
Os gráficos mostram a evolução da cultura e a sua importância por mais de um século na sustentação do balanço de pagamentos e do desenvolvimento do país.

Gráfico 1: Café - Produção (milhões de toneladas) e produtividade (t/ha)



Fonte: Ipeadata

Gráfico 2: Receita cambial de café / receita cambial total (%)



Obs: No período entre 1942 a 1956 não existem dados oficiais devido a II Guerra Mundial e os tumultos que se seguiram.

3. Exportação de soja

O Brasil é o maior exportador mundial de soja. Em 2015 a receita cambial somou US$ 28 bilhões, sendo US$ 21 bilhões de soja em grão, US$ 5,8 bilhões de farelo e US$ 1,2 bilhão de óleo. Porém, enquanto outros países produtores, como a Argentina, conseguem exportar um porcentual maior de derivados (farelo+óleo) do que de grão, o Brasil caminha para ter a sua pauta dominada quase que integralmente pela soja em grão, fato que não acontecia nessa intensidade no passado. As autoridades tem se manifestado em melhorar essa composição, mas tem tomado alguma medida ou simplesmente acompanha o desenrolar da demanda mundial?

Gráfico 1: Exportações brasileiras de soja e derivados (US$ bilhões)

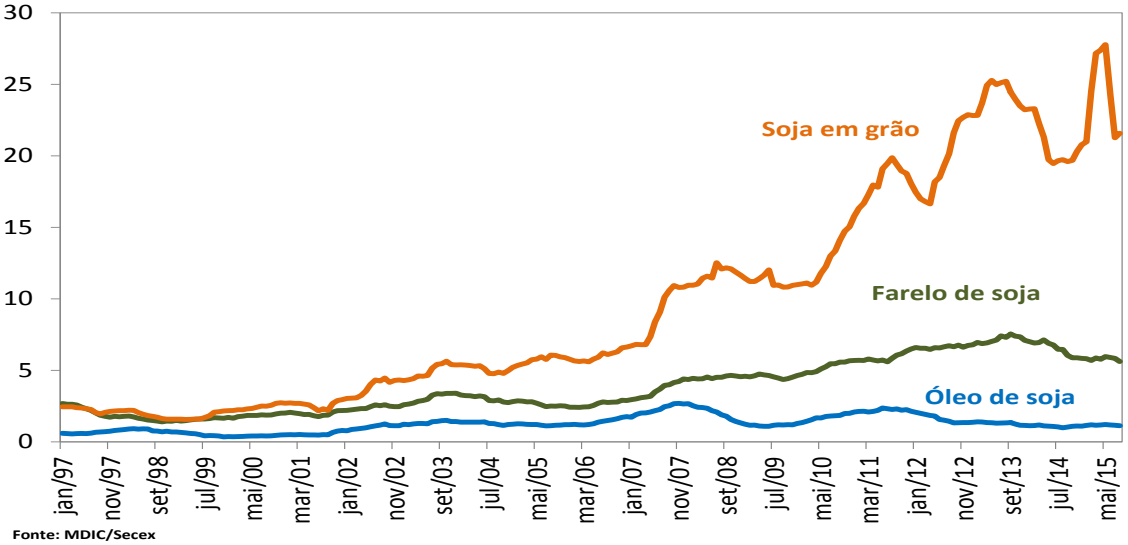
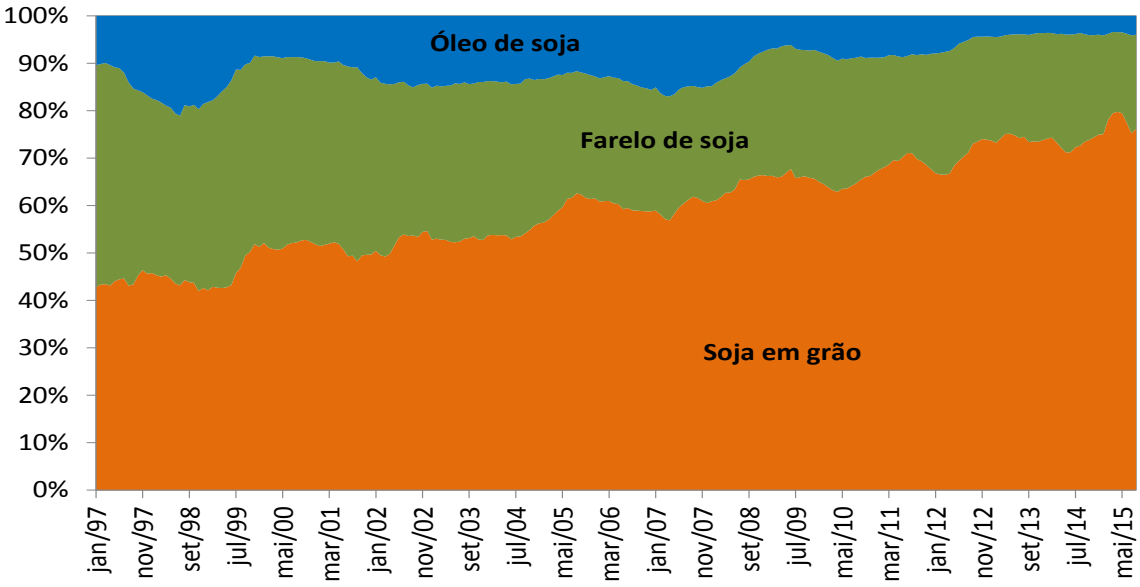


Gráfico 2: Participação nas exportações do complexo soja (%)



Fonte: MDIC/Secex

4. A persistência da inflação

Os números da inflação brasileira não são animadores. Senão vejamos: os preços ao consumidor (IPCA) acumulados em 12 meses até agosto registraram 8,97% e os preços no atacado da Fundação Getúlio Vargas 13,24%. Existe expectativa de queda: o último boletim Focus do Banco Central, que reflete as opiniões do mercado financeiro, projeta um IPCA de 7,36% para este ano. Uma queda em relação ao nível atual, mas ainda muito alto. Vale lembrar que a meta de inflação é de 4,5%.

As donas de casa enfrentam diariamente preços que mais as afetam. Claro, dos alimentos. Quanto mais baixa a renda familiar, maior é o percentual de gastos com alimentação, portanto os pobres são os mais prejudicados. Nos últimos anos esse item do orçamento familiar tem sido um dos principais vilões. Nos últimos 12 meses o grupo alimentação teve alta de 14,83% no IPCA, e de 27,74% nos preços por atacado da FGV (produtos agropecuários). Algumas mercadorias subiram demais. No ano até agosto, feijão mulatinho aumentou 126,7%, feijão preto 89,9%, leite longa vida 52,7%, manteiga 58,5%, leite condensado 40,0%, leite em pó 20,7%. Como se explicam esses aumentos? Uma boa parte vem da produção agrícola. Com relação ao feijão (típico de consumo interno) e o milho (consumo interno e exportação), temos os seguintes dados do último levantamento da CONAB (Cia. Nacional de Abastecimento) do Ministério da Agricultura:

Tabela 1: Variação da área plantada, da produtividade e da produção 2016/7, em relação à safra anterior (%)

	Área de plantio	Produtividade ha	Produção
Feijão	-7,1	-16,5	-21,6
Milho	1,5	-22,0	-20,9

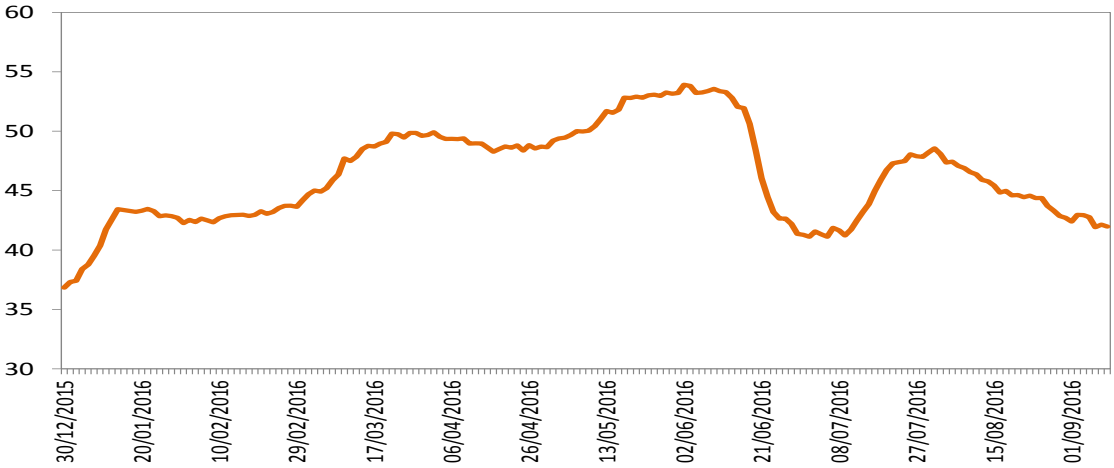
Fonte: Conab

No caso do feijão houve desestímulo dos produtores na época do plantio, em virtude de preços baixos na última safra e pouco incentivo do governo (queda de 7,1% na área plantada). No milho os produtores não se sentiram entusiasmados. Para azar dos consumidores o clima foi ruim (El niño veio vigoroso), afetando a produtividade. O feijão preto pode ser importado da Argentina e da China, mas o feijão de cor não tem oferta mundial. Uma perda de produção de 20,9% é um desastre em termos de

preço, porque o feijão tem elasticidade preço muito baixo. Pequenas variações na quantidade disponível causam flutuações de preços bem mais intensas.

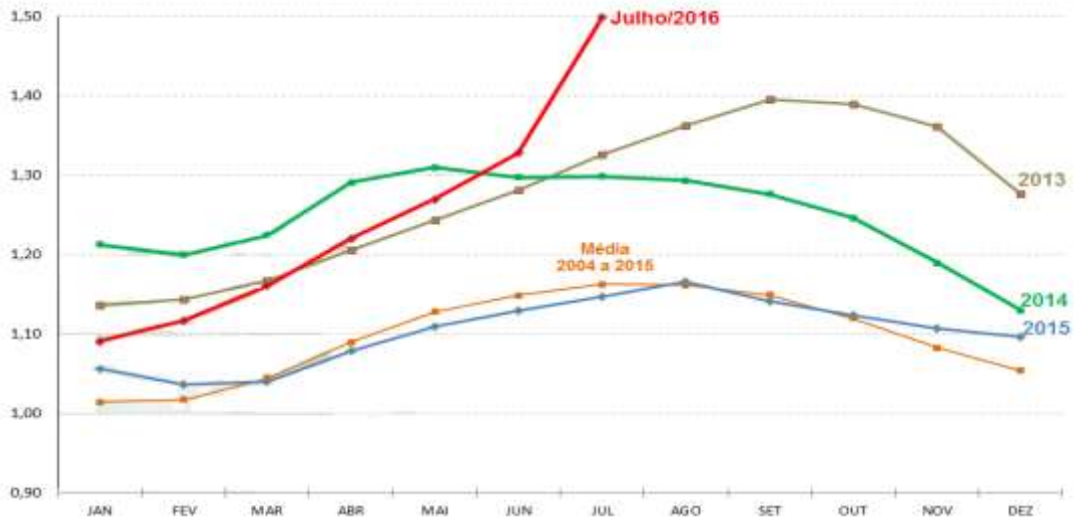
O milho é uma commodity internacional, mas seu preço também havia aumentado no exterior e somente nos últimos meses cedeu por causa da previsão da boa safra americana. Dentre as matérias primas para ração animal o milho é o grão mais importante. A sua alta implicou na elevação do preço da ração, que conjugada com um clima desfavorável que afetou as pastagens, impulsionou os custos de produção e, por efeito, os preços da carne e do leite e seus derivados. Essa conjuntura aumentou a importação de lácteos: de janeiro a agosto de 2015 o país importou US$286 milhões, atingindo no mesmo período deste ano US$397 milhões (Valor Econômico).

Gráfico 1: Preço do Milho* (R$/60Kg)



Fonte: Cepea/Esalq *Indicador de Preços do MILHO ESALQ/BM&FBovespa - à vista, descontado o Prazo de Pagamento pela taxa CDI/CETIP

Gráfico 2: preço do leite deflacionado pelo IPCA de julho de 2016, R$/litro (média ponderada bruta BA, MG, GO, PR, SC, SP e RS)



Fonte: Cepea-Esalq/USP

5. Menos casamentos no Japão

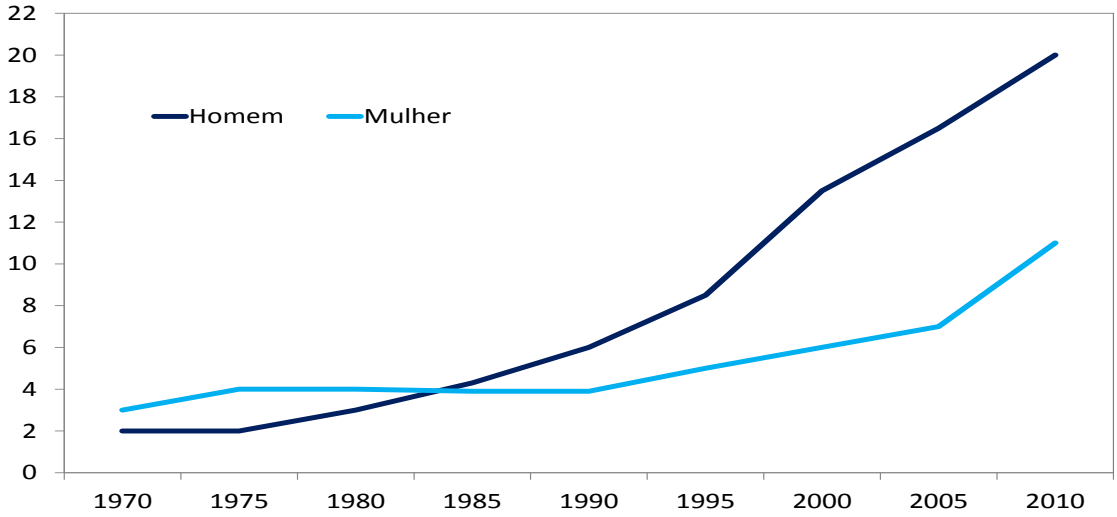
A população japonesa está diminuindo. Tem poucas crianças e muitos idosos. É uma situação demográfica incômoda com reflexos negativos sobre o desenvolvimento do país. O governo vem tomando algumas medidas para aumentar o número de casamentos (e de nascimentos) como subsidiar a organização de eventos para encontros de moços e moças e melhorar as facilidades de creches. O

partido do Primeiro Ministro Abe quer propor uma mudança na legislação do imposto de renda que vigora desde 1961. Atualmente cobra-se uma taxação extra sobre o chefe de família se a esposa tiver um salário externo anual acima de 1,03 milhões de ienes. Essa sistemática limita o ganho da esposa e inibe uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. A mudança pode ampliar a oferta de mão de obra, importante numa economia com falta desse fator. A dúvida é se isso aumenta o número de casamentos e de nascimentos.

A revista The Economist ("Most japanese want to be married, but are finding it hard", 3 de setembro de 2016) assinala algumas dificuldades na sociedade japonesa para aumentar o numero de nascimentos. Diz que a grande maioria dos japoneses ainda quer se casar: 86% dos homens e 89% das mulheres, segundo pesquisa realizada em 2010 pelo National Institute of Population and Social Security Research do Japão. Entretanto, as estatísticas mostram que: i) em comparação com 1970 a idade média de casamento aumentou em 4,2 anos para homens e 5,2 anos para mulheres, respectivamente para 31,1 e 29,4 anos; ii) no Japão tem crescido continuamente os percentuais de pessoas solteiras, tanto homens como mulheres (gráfico); iii) em outros países ricos acontece o mesmo fenômeno, mas existe uma diferença importante. Enquanto que no Japão apenas 2% das crianças nasce fora do casamento, na Grã Bretanha, por exemplo, nascem acima de 40%. Assim, no Japão sem o aumento de casamentos, ou do número de filhos por casal, não pode haver aumento de nascimentos.

Hoje as "mulheres têm mais instrução, perseguem uma carreira, podem-se sustentar sozinhas e não vê a família tradicional como o único meio de ter uma vida completa", comenta o artigo. E prossegue, "existem mais solteiras entre as que trabalham tempo integral do que parcial. O problema para elas é a persistência da visão tradicional de responsabilidade marital, que faz com que seja difícil para a mulher japonesa enfrentar uma carreira de tempo integral com criança. Seu marido vai insistir para largar o emprego. O marido japonês dedica-se apenas uma hora e sete minutos nas coisas da casa, incluindo cuidar da criança, enquanto que na América três horas e na França duas horas e 30 minutos".

Gráfico 1: Japão - porcentagem de pessoas com 50 anos que nunca se casaram



Fonte: The Economist

5. Imigração Japonesa em Registro: Ápice e Decadência da Teicultura

(*) Carlos Haruo Adachi

1. Chá Preto

O nome científico da planta do chá preto é "*Camellia Sinensis*". Não é nativa da flora brasileira. Ela foi introduzida no Brasil pelo príncipe regente D. João VI no momento da transferência da Corte Imperial de Lisboa para a cidade do Rio de Janeiro, fugindo do encalço das tropas Napoleônicas quando o general Jean Junot invadiu Portugal em 1808. Chegando ao Rio de Janeiro o príncipe regente havia assumido o trono uma vez que sua mãe rainha Maria, a louca, não tinha condições de governar o Império Lusitano. O príncipe ordenou a criação, entre inúmeras obras, do Jardim Botânico onde foram plantadas as primeiras árvores de chá preto em solo brasileiro como planta exótica ornamental.

A primeira tentativa do cultivo do chá como atividade econômica no século dezenove foi em São Paulo no Vale do Anhangabaú, hoje conhecido como Viaduto do Chá porque ali os ingleses cultivaram essa erva com saudade de sua bebida preferida, pois tinham o hábito de tomar o chá das cinco. Entretanto a cidade de São Paulo, com o seu progresso frenético, cresceu invadindo o local com grandes avenidas e construções majestosas como o prédio Martinelli e o Teatro Municipal, cópia do Opera de Paris. Assim as plantações de chá foram deslocadas para a periferia da época, a chamada Chácara dos Ingleses, hoje conhecido como Alto do Morumbi. Porém a planta não se adaptou em função do clima frio e assim elas pereceram com o passar do tempo.

O chá como cultura e atividade econômica só veio efetivamente tornar-se uma realidade no Sudeste do Estado de São Paulo, no Município de Registro, onde a imigração japonesa se instalou a partir de 1920. Foi por obra de um jovem casal de imigrantes nipônicos cheio de coragem e de sonhos, entusiasmado com os desafios da nova terra que escolheu para construir sua família. A caminho do Brasil seu navio aportou no Ceilão, perto da Índia, onde surgiu a idéia de produzir o chá preto. Motivado com a idéia o casal comprou um pão, partiu ao meio, retirou o miolo e encheu com sementes da "*Camellia Sinensis*", como num sanduíche. Durante a longa travessia que durou noventa dias molhava o pão com a água e assim essas sementes brotaram durante a viagem. Foram plantadas na Fazenda Okamoto, de sua propriedade, em Registro. Até hoje essas árvores existem e estão preservadas e cuidadas. Dessas primeiras mudas foram feitas centenas de milhares delas e distribuídas na colônia numa corrente de amigos. Assim espalhou-se o chá em todo o vale do rio Ribeira, terra fértil com muito sol, calor e chuva. Um clima úmido, ideal para desenvolver a teicultura.

2. Fase industrial e comercial

Uma vez consolidada no campo as plantações verdejantes da floresta do chá, o passo seguinte foi o desenvolvimento da fabricação do chá preto e sua comercialização. Primeiro, tiveram que resolver nas fazendas um grande problema estrutural, a falta de energia elétrica para movimentar as máquinas. Assim foi necessário um grande esforço e criatividade dos produtores em sanar este problema. Por sorte, em suas propriedades particulares já tinham construídos diques com grandes reservatórios de água que forneciam a forca motriz hídrica com a qual a roda da água girava o engenho para moer a cana de açúcar e fazer a cachaça nos alambiques. Foi um suporte importante, técnico e econômico, para a nova empreitada. A solução foi instalar geradores elétricos no local dos engenhos, com a corrente de água fluindo que movimentava a roda da água que girava o pequeno gerador e assim conseguiu-se a energia elétrica tão preciosa.

Inicialmente todo maquinário para a fabricação do chá preto teve que ser importado do Japão. Tenho na memória fragmentada reminiscências da minha infância com imagens vivas da minha avó trabalhando na fábrica em meio às roldanas, esteiras e correias e um barulho ensurdecedor. Ela ficava alimentando o moedor com os brotos das folhas verdes que meu avô colhia, depois levava para a fermentação e em seguida para a torrefação no forno, um cilindro que girava sob o fogo a lenha. Em seguida a secagem e finalmente condicionado no depósito com todo o cuidado para não pegar umidade.

Embalado a granelera vendido para o comerciante da cidade. Estabelecida com sucesso esta fase inicial, houve a necessidade de aumentar a produção. Então os geradores elétricos movidos à roda de água foram substituídos por sofisticados motores a diesel que eram mais constantes em fornecer a eletricidade e que também não dependiam das estações das chuvas.

A fabricação do chá preto, processada nas próprias fazendas, reuniu em torno de quarenta e duas famílias. Teve como consequência uma variedade imensa de tipos e de qualidade do produto final, surgindo desta forma uma grande competição que exigia muito caprichosa finalização. A qualidade viria definir o preço do produto seguindo vários critérios, como o do aroma, do sabor, da cor e da acidez.

3. Chá brasileiro para exportação

Uma vez concretizada essa fase novas aspirações foram sendo amadurecido, como ampliar a demanda com a conquista do mercado internacional uma vez que o consumo interno no Brasil era pequeno. Não faz parte do hábito do brasileiro tomar chá, uma terra de cultura predominantemente de cafezais. Mas a grande diversidade da qualidade do chá preto, a não uniformidade tornou-se um problema conceitual para que o produto fosse exportado. Assim começa um período industrial de grande transformação e de modernização de fato para fazer frente à concorrência internacional na bolsa do chá em Londres.

Estamos na década de sessenta e a produção do chá em grande escala ocorre com a instalação de fábricas na cidade de Registro como o Chá Ribeira, Chábras, CAC Chá Tupi, Chá Amaya, Agrocha, Yamatea. São modernas fábricas com novas tecnologias incorporadas visando uniformidade no produto final. Além disso, houve a otimização dos recursos naturais como a energia elétrica e a água, de recursos humanos e de melhor aproveitamento da colheita da folha verde in natura. A cidade de Registro tornou-se a capital do chá trazendo assim grande prosperidade para a região do Vale do Ribeira. As fábricas produziram um chá de ótima qualidade, sendo exportado inicialmente para o mercado Argentino e para o Chile, em seguida a Inglaterra e os Estados Unidos.

O chá brasileiro teve o seu “blend” muito disputado no mercado internacional por ser um dos melhores do mundo, muito cobiçado porque os comerciantes misturavam com os outros chás de menor qualidade dando volume para os “tea bag” para auferir maiores lucros. Foi necessário criar uma estrutura logística complexa para a exportação, principalmente a embalagem para não pegar umidade ao atravessar o Oceano Atlântico. Dessa forma foi desenvolvida pela carpintaria em Registro uma caixa de madeira com revestimento laminado de alumínio e selado hermeticamente com plástico para fazer chegarem às boas condições aos destinos, a Europa, a América do Norte e do Sul, a partir do Porto de Santos. A exportação brasileira do chá representou uma grande fonte de dólares que, no seu ápice, chegou a embarcar onze mil toneladas por ano. A média ficava em torno de quatro mil toneladas por ano.

Contribuiu muito para esse sucesso internacional o pioneirismo e a visão empresarial do Senhor Yamamoto, fundador da fabrica Chábras em Registro e Yamatea em Pariquera-Acu. Quando ainda muito jovem e sagaz aprendeu a comercializar a manjuba seca, peixe único e típico do rio Ribeira e concomitantemente vendia o chá produzido pelos seus pais na sua fazenda. Autodidata conhecia bem o funcionamento das máquinas e dos motores a diesel, chegou a inventar uma colhedeira de chá mecanizando o sistema para este fim. Até então a colheita era feita a mão. Inovador construiu sua fábrica a Yamatea no centro de sua fazenda, equidistante da sede e das áreas de plantação, para que o chá colhido pelas colhedeiras mecanizadas percorresse um caminho mais curto. Mudou o sistema de produção porque o mercado exigia um chá mais aerado para a infusão rápida dos “tea bag” em saquinhos.

4. O colapso da cultura

O Plano Real com o pareamento da moeda nacional, um para um com o dólar americano, e a manutenção do câmbio fixo por longo tempo numa economia com inflação, trouxe efeitos nocivos e graves distorções na exportação. Mesmo antes, os sucessivos planos econômicos castigaram os agricultores e a indústria do chá pelo aumento do “custo Brasil”. Ano após ano a produção do chá foi se declinando em virtude das dificuldades encontradas no campo, como também na indústria, que fizeram

com que se agravasse a crise no setor. A taxa de cambio não corrigida e os preços do chá não corrigidos pela inflação, os preços dos insumos agrícolas aumentando, notadamente os adubos químicos importados, o óleo diesel, a gasolina, as altas taxas de juros dos empréstimos bancários para financiar a agricultura e os encargos trabalhistas, a falta de políticas de incentivos ao produtor agrícola, à indústria e à exportação trouxeram o colapso da teicultura. A plantação de chá que estava envelhecida, com árvores com mais de 70 anos, agravada pelo empobrecimento do solo, necessitava de um financiamento de longo prazo a juros razoável para o seu replantio, incentivo que nunca chegou.

Hoje em Registro ainda restam poucas famílias abnegadas que se dedicam à cultura do chá com amor fabricando de forma meio artesanal e industrial em escala menor para o consumo interno e com a esperança de que dias melhores virão para retomarem a atividade plenamente. São trezentas famílias que esperam mudanças no panorama caóticas político e econômico deste Brasil.

(*) Carlos Haruo Adachi é médico neurocirurgião pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tem curso de pós-graduação na especialidade pela Faculdade de Medicina de Lyon, França. “Fellow” na Tokyo Joshidai, Department of Neurosurgery, e na Universidade de Hiroshima, ambas no Japão. Tem mestrado em administração hospitalar pela Fundação Getúlio Vargas. Foi superintendente geral do Hospital Santa Cruz. É neurocirurgião assistente do Hospital Público Municipal e do Hospital Santa Cruz. É membro do Conselho Deliberativo do Hospital Santa Cruz.

6. Imigrantes Japoneses em Registro – Dedicação e Perseverança na Cultura do Chá Preto

(*) Newton Shiozawa (**) Emi Shiozawa

Por volta de 1900, o Japão atravessava uma séria crise. As pessoas tinham grandes dificuldades para sobreviver. Atraídos e iludidos pela promessa do governo japonês de proporcionar uma vida rica com farturas no Brasil, muitas famílias japonesas imigraram com o sonho de trabalharem e alguns anos depois retornarem ricos à sua terra natal. Assim, os pais de Ume Shimada (Katsumi e Kikuno Sugano) saíram da Província de Fukushima como imigrantes no ano de 1914 no navio Wakasamaru, aportaram em Santos e se instalaram em Brodósqui, região de Ribeirão Preto, para trabalharem numa fazenda de café. Eles nunca tinham visto um cafezal no Japão. Quando o administrador da fazendo ordenou que fossem colher café, eles colheram todas as folhas, achando que era o mesmo procedimento adotado para colher o chá, que conheciam no Japão. Não sabiam que era para colher o grão.

Em 1913 começaram a chegar os primeiros colonizadores japoneses em Registro que era o maior produtor de arroz do Estado de São Paulo. Nesse mesmo ano foi criado em Tóquio a Companhia Ultramarina de Implementos S.A. (KKKK – *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*), com a missão de apoiar os japoneses que partiam para o Vale do Ribeira. A KKKK foi autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto 13.325, de 11/12/1918. Quatro anos mais tarde, inaugurava suas instalações em Registro: Um bloco de 4 armazéns, com mais de 2.000 m² de área, construído à margem do Rio Ribeira, tombado pelo CONDEPHAAT em 1987. O prédio da KKKK foi adquirido pela Prefeitura de Registro em 1990 e é patrimônio histórico da cidade (fotos abaixo).

Em 1918, os pais de Ume mudaram para Registro, através da colonização promovida pela KKKK que recebeu do governo brasileiro a doação de 16.000 hectares de terras devolutas para distribuir aos imigrantes japoneses. Eles se instalaram no meio da mata virgem, numa terra de baixa fertilidade. Tiveram que derrubar e arrancar imensas árvores, somente com o auxílio de machados, enxadões e serrotes, enfrentando um sol escaldante, mosquitos, pernilongos, cobras etc. Foram longas semanas, meses, anos de muitos sacrifícios e sofrimentos intermináveis. Devido a precariedade das condições de vida, muitas pessoas adoeciam e até morriam, porque não havia médicos nem hospitais naquela região.

A comunidade era composta de imigrantes japoneses que se ajudavam mutuamente, para poderem superar as dificuldades e contavam com a enorme solidariedade que existia entre eles. Nesta época, por inúmeras vezes, todos da família se alimentaram somente de arroz e sal, pois não havia nenhuma mistura para acrescentar. Com o início da Segunda Guerra, os colonos japoneses tiveram suas atividades restringidas no Brasil e o trabalho da KKKK, que os apoiava, foi vetado pelo governo brasileiro. Mesmo com todas estas dificuldades, os imigrantes conseguiram fazer a terra frutificar, abriu estradas e promoveram o desenvolvimento da região. No começo foram testadas várias culturas como arroz, café, cana-de-açúcar, laranja, feijão, fumo, abacaxi, junco, bicho-da-seda. No entanto, foram a banana e o chá preto que melhor se adaptaram às condições da região.

Em 06/01/1927, Ume nasce em Registro. Era a caçula, com mais dois irmãos e três irmãs. Sempre esforçada, trabalhadeira e preocupada em ajudar seus pais, desde pequena auxiliou nas atividades da família, que incluíam cana-de-açúcar e seus derivados, criação do bicho-da-seda, cultivo do café e de chá preto. Frequentava o Grupo Escolar do Campo de Experiência (Koki Kitajima) caminhava descalça e levava de lanche oniguiri (bolinho de arroz) e um pedaço de carne seca ou manjuba salgada. Uma das boas lembranças de quando ainda pequena era brincar na chuva, dentro do ofurô (banheira de água quente) que ficava a céu aberto.

Ume conheceu Akira Shimada em Registro no ano de 1947 casando-se em 1952. Teve três filhos e três filhas. Foi morar em Itanhaém durante 5 anos, dando aulas de corte e costura. Costurava para fora e cuidava da casa. Akira fazia serviços de pedreiro. Mudou novamente para Registro por que não gostava muito de praia. Em Registro começou a morar no sítio da mãe. Depois de 5 anos ganhou um pedaço de terra e morou numa casa de pau-a-pique que Akira construiu. Arrancou a plantação de café que existia no terreno e plantou abacaxi que seus filhos ajudavam a vender na estrada. Plantava também mandioca, abacate e limão, e vendia de porta em porta. Produziu também alimentos da terra natal: “misso” (preparado de soja para sopa japonesa), “konyaku” (feito de uma batata especial muito utilizado nos cozidos japoneses e no sukiyaki) e“tôfu” (queijo de soja). Começou a plantar chá preto com muito sacrifício, há mais de 50 anos.

Mudou para São Paulo em 1973, por intermédio de seu irmão, que lhe arranjou uma barraca de doces e salgados na feira, onde trabalhou por 5 anos. Além disso, fabricava “moti” (bolinho de arroz especial muito apreciado no Ano Novo) que vendia de porta em porta. Em 1978, adquiriu uma ótica de um parente que funciona até hoje na Aclimação comandada por uma das filhas. Mesmo nesses anos que morou em São Paulo, o sítio de Registro continuou a produzir e a receber os investimentos. Iniciou uma plantação de lichia, pioneira na região. A primeira colheita ocorreu somente em 1997.

Quando começou a aumentar muito a concorrência na produção de “moti” em São Paulo, resolveu voltar novamente para Registro para viver da produção do sítio, que incluía o arrendamento da

área do chá preto e a venda do produto para a fábrica Amaya que persistiu até 2011. Em 2008 o marido Akira veio a falecer, grande perda de um companheiro de luta de todos os momentos durante toda a trajetória de sua vida.

Ume decidiu que deveria ressuscitar a cultura do chá preto e honrar as suas tradições. Começou mais uma vez se dedicar ao cultivo do chá, colhendo manualmente e de maneira seletiva os melhores brotos e produzindo artesanalmente em seu sitio uma bebida de elevada qualidade. A atividade que começou pequena logo ganhou notoriedade, de tal sorte que foi convidada para uma entrevista no Jornal Nikkey Shimbun em São Paulo. O fato logo chamou a atenção da mídia. Começou a receber convites de outros veículos de comunicação, até que em 2015 foi convidada a participar de uma exposição na Província de Aichi, no Japão, região mais importante do cultivo de chá desse país, para apresentar o chá preto brasileiro.

Quando foi pedir para a Prefeitura de Registro apoio para sua viagem, uma vez que representaria a cidade e sua cultura de chá, ela recebeu "não" como resposta. Conseguiu apenas uma bandeira de Registro, a título de empréstimo, mesmo assim porque ela pediu e não pela iniciativa da Prefeitura. A viagem foi patrocinada pela CKC do Japão. Além da apresentação do chá, realizou palestras, deu entrevistas sobre a cultura do chá preto no Brasil e sobre a sua vida pessoal.

De volta ao Brasil passou a ser conhecida como uma empreendedora que não media esforços apesar de sua idade, provando que mesmo com 89 anos pode-se começar uma nova vida e um novo empreendimento, desde que haja muita dedicação e vontade de vencer. Ume tem recebido apoio irrestrito de seus familiares, agregados e conhecidos. Desenvolveu com sucesso o chá "OBAATIAN". Ume Shimada ainda é a única a produzir chá preto com colheita manual e fabricação artesanal, sendo sua produção limitada e de altíssima qualidade. Muitos *sommeliers* de chá preto têm visitado o sítio e ao degustarem o chá, percebem a sofisticação e o seu fino paladar. Tem recebido pedidos de chá do mundo todo.

A televisão oficial japonesa NHK se interessou pelo seu chá e pela sua história de vida e decidiu que ela deveria ser entrevistada no seu sítio em Registro. A matéria foi apresentada no Japão, e transmitida para o mundo todo, em 5 de Fevereiro de 2016. Seguem abaixo os links das reportagens:

NHK WORLD NEWS (ENGLISH):
HTTP://WWW3.NHK.OR.JP/NHKWORLD/ENGLISH/NEWS/WORLDUPDATE/20160209.HTML

NHK GOOD MORNING JAPAN - POSTADO POR EMI SHIOZAWA VIA FB / JAP
HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/EMI.SHIOZAWA.5/VIDEOS/933287503445415/?PNREF=STORY

Ume disse em uma das reportagens no Brasil que hoje em dia, o que mais a preocupa é a falta de segurança e crescimento da violência na região de Registro, além da falta de incentivo do governo como um todo para o desenvolvimento da agricultura dos pequenos produtores como ela. No Dia Internacional da Mulher, o Prefeito de Registro (que negou apoiá-la para ir ao Japão representar o chá preto), homenageou a em manifesto público como mulher empreendedora de Registro. Ume Shimada segue com muita saúde, vigor e dedicação à colheita e beneficiamento do seu chá preto artesanal, sem deixar de sonhar por dias melhores por vir!!!

1 Família Shimada: Da esq. para dir.: Minoru, Mamoru, Akira, Aiko, Ume, Shigueru e Eiko. Emi (filha mais nova) ainda não havia nascido

3 Filha mais nova Emi e Ume no Festival do Japão (2015)

2 Ume Shimada na sua plantação de chá no sítio em Registro/SP

4 Da esq. para dir.: "Takappy", sommelier de chá do Japão, Ume e Hirosato Goto, 1º lugar no concurso de chá preto artesanal no Japão. Estiveram com Ume Shimada no sítio por 30 dias trocando experiências sobre o chá

5 Chá Obaatian (www.obaatian.com.br)

(*) Newton Shiozawa é médico cirurgião geral pela Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto. Foi Superintendente Geral do Hospital Santa Cruz. Casado com Emi.

(**) Emi Shiozawa é cirurgiã dentista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Filha de Akira e Ume Shimada.

●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●

7. Comendador Luiz Alexandre de Oliveira

(*) Jorge Joji Tamashiro

Luiz Alexandre de Oliveira, mineiro da cidade de Viçosa, adotou a cidade de Campo Grande a partir de 1918, quando aqui chegou, tendo exercido mandatos eletivos de vice-prefeito e deputado estadual e, também, eleito imortal da Academia de Letras, professor e fundador da Escola Osvaldo Cruz, membro do Superior Tribunal Militar, dentre outras variadas funções de destaque, que se insurgiu, durante e após a segunda guerra mundial, contra a forte opressão do governo brasileiro de então contra a Comunidade Japonesa, que era chamada pejorativamente de “Raça de Sol Nascente”, em alusão às insígnias japonesas.

A reação indignada do eminente Comendador se deu em razão de sequelas decorrentes de posições antagônicas entre os aliados do Brasil e do Japão, naquele conflito mundial, que determinou o fechamento das escolas, associações e outros estabelecimentos pertencentes aos nipônicos, inclusive confisco de bens associativos e particulares.

O seu posicionamento firme e determinado lhe rendeu duras críticas e até perseguições, o que colocou em risco a sua própria integridade física, moral e de liberdade e, apesar de tudo, manteve-se firme em suas convicções, e, graças à sua coragem, conseguiu preservar os direitos dos japoneses e seus descendentes nesta cidade.

No princípio do século XX, mais precisamente, em 1914, chegaram os primeiros imigrantes japoneses em Campo Grande, então pequeno vilarejo com aproximadamente 2.000 habitantes, que já se despontava para futuro promissor, mas carentes, ainda, das necessidades básicas.

Aqueles imigrantes, por essas razões, enfrentaram séries dificuldades de adaptação, mormente pelo brutal choque cultural, em especial no que se referia à comunicação, gastronomia, clima, dentre variadas conjunturas alienígenas.

O único apoio que poderiam contar, à época, seria do Consulado do Japão em São Paulo, porém, quase que inatingível à época, pela distância e carência e precariedade das estradas e meios hábeis de comunicação.

Dentre alguns brasileiros que demonstravam simpatia pela Comunidade Japonesa, destacou-se a figura do eminente Comendador, que, nas horas aflitivas, se fez presente como incansável batalhador e defensor das causas dos japoneses.

Por volta de 1924, a única escola da comunidade funcionava na Colônia Chacrinha, contígua à cidade, onde se lecionava apenas o idioma japonês, e os seus membros preocupados com a educação dos filhos, por sistema de cotização, adquiriram uma propriedade urbana, na Rua Antonio Maria Coelho e edificaram a Escola Visconde de Cairu, onde funciona até hoje e onde foi edificada a sede da Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande.

Como a comunidade japonesa, à época, não tinha nenhum descendente apto para o exercício do magistério, por decisão de seus membros, foi convidado para lecionar a língua portuguesa, história e matemática, o então professor Luiz Alexandre de Oliveira, que deu inicio no dia 01 de dezembro de 1938, e exerceu aquela nobre missão por mais de três décadas.

Em 1939, com a eclosão da segunda grande guerra mundial e os aliados do Brasil e do Japão posicionando-se de forma antagônica, como alhures já relatadas, houve desencadeamento de sobressaltos e apreensões nos membros da comunidade nipônica, vez que o Governo Brasileiro de então, através de lei, impôs severas restrições aos japoneses, inclusive com determinação para fechamento da Escola Visconde de Cairu, que seria destinada para instalação da unidade da Cruz Vermelha, e da Cooperativa Agrícola de Campo Grande, fundada pelos imigrantes.

Diante do impasse, fez-se presente o professor Luiz Alexandre de Oliveira que, clamando por justiça, posicionou-se como defensor incondicional dos japoneses aqui estabelecidos e, após árduas batalhas, inclusive judiciais, conseguiu-se a revogação daquelas medidas coercitivas.

Dois Decretos foram editados, à época, em que obrigavam os japoneses a promover o registro de seus bens imóveis no Banco do Brasil, com determinação de confisco em caso de recusa ou omissão.

Em face de os decretos somente haver chegado ao conhecimento dos membros da comunidade quatro dias antes do esgotamento do prazo assinalado, mais uma vez, o professor Luiz Alexandre de Oliveira, trabalhando, quase que diuturnamente, conseguiu atender aos preceitos legais e resguardar a integridade dos bens pertencentes aos nipônicos aqui radicados.

Com relação à Escola Visconde de Cairu, para evitar o seu confisco, com autorização de seus membros, transferiu a titularidade do domínio para o seu nome, assumindo, ainda, a direção da escola, para evitar o seu fechamento, adotando, igual procedimento, no tocante à Cooperativa Agrícola de Campo Grande.

Findo a guerra e retornando à normalidade a situação dos nipônicos, Luiz Alexandre de Oliveira fez a restituição à Colônia Japonesa de todos os bens que foram registrados em seu nome, apesar de alguns haverem manifestado em favor da cessão a ele daqueles bens.

Luiz Alexandre de Oliveira realizou todos aqueles serviços em defesa dos direitos e interesses da Comunidade Japonesa de forma totalmente desinteressada e graciosa, não gerando qualquer ônus.

Por todos os seus feitos, José Simabucuro, ex-aluno e amigo do eminente professor, ladeado por alguns membros da Comunidade Japonesa, reivindicaram ao Governo Japonês a outorga de Comenda, cujo ofício teve a subscrição de diversos cidadãos e representantes da Comunidade da época, conforme abaixo reproduzida, cuja versão do ofício para o idioma japonês foi feita por Keisuke Nakamura, e repassado diretamente à mãos do Consul Geral do Japão em São Paulo, que visitava a cidade, e, dessa forma, Luiz Alexandre de Oliveira, em 1984, foi homenageado com a outorga da

Comenda *Kunkoto Chokujisu Shoou* *"Ordem do Sol Nascente em Raios Dourados e Prateados"*, por Sua Majestade Imperial, o Imperador do Japão e condecorado pelo Cônsul Geral do Japão, na sede daquela Entidade Diplomática, na capital do Estado de São Paulo.

1984 – Recepção de José Simabucuro e Amigos ao Comendador Luiz Alexandre de Oliveira logo após a sua condecoração. Da frente aos fundos: Keisuke Nakamura, José Simabucuro, Comendador Luiz Alexande de Oliveira, Acelino Sinjo Nakazato e Jorge Joji Tamashi

Todas essas alegações são do conhecimento público, dentro e fora do âmbito da colônia, e por isso os japoneses e seus descendentes em Campo Grande acham ser de plena justiça uma demonstração de apoio do governo japonês a esse abnegado, hoje octogenário, até mesmo como incentivo às novas gerações, para que elas também aprendam a reconhecer os verdadeiros valores sociais do meio em que vivem.

Termos em que
P. deferimento.

Campo Grande (MS), 20 de janeiro de 1.984.

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA NIPO-BRASILEIRA
ZENITI HOKAMA

ASSOCIAÇÃO RECREATIVO E CULTURAL NIPO - BRASILEIRO DE VÁRZEA ALEGRE
- Hizoo Onoda -

Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda.
HIROAKI UEZATO

JORGE JOJI TAMASHIRO
JOSÉ SIMABUCURO
ACELINO SINJO NAKAZATO
ROBERTO NAKASAKI OSHIRO
KIYOSHIGE SHIMABUCURO
NELSON SHIMABUCURO
GUENSHO NAKASONE
KOSHIE YONAMINE
YASUHO OSHIRO
SHURI OSHIRO
EIMARO OSHIRO
SUKEJU NAKAO
TOKUEI NAKAO
KOEI YAMAKI
KATSUN YAMAKI

Um velho guerreiro conta como defendeu os japoneses até de espancamentos

殴打までされながら日本人が如何にして身を守ったか
—老兵は語る——ルイス・アレシャンドレ・デ・オリベイラ——翌朝まで何も食べなかった。敵達がミーリョを取り入れて居る時、私はそれよりずっと前に、カンジカを煮ていましたよ。

"Nunca comi amanhecido. Quando meus inimigos estavam colhendo o milho, eu já estava com a canjica no fogo há muito tempo".

Frase de um mineiro de Viçosa que dedicou metade dos seus 81 anos de idade às causas da colônia japonesa radicada no Mato Grosso do Sul. Homem ainda forte, marcado pela luta dos anos difíceis, quando, em plena II Guerra Mundial, viu os japoneses oprimidos por uma série de pressões, entre elas até espancamentos praticados por perseguidores da chamada raça do sol nascente, que aqui chegou por volta de 1914.

Trata-se do advogado e magistrado militar aposentado Luís Alexandre de Oliveira que também já foi prefeito de Campo Grande, como vice do ex-prefeito e atual governador Wilson Barbosa Martins; deputado estadual (da ex-UDN); presidente da Junta de Conciliação e Julgamento; diretor-proprietário do Colégio Osvaldo Cruz; promotor militar; professor de Direito na Fucmat, e exerceu outras atividades que lhe renderam muitas homenagens e distinções, como por exemplo medalha de Honra ao Mérito (ouro) do Supremo Tribunal Militar e medalha de Honra ao Mérito (ouro) pelo cinqüentenário da migração japonesa no Brasil.

Nova Condecoração

Ainda não está nada decidido, mas ele deverá ser condecorado novamente pela colônia japonesa, desta vez pelos 70 anos de migração japonesa no Mato Grosso do Sul. A expectativa tem seus motivos, que começaram em 1924. Na época, o defensor era professor na Escola Visconde de Cairu, propriedade da colônia, e foi levado ao cargo pela vontade dos japoneses, pais de alunos que o elegeram mestre. Daí para frente, ele foi se entrosando com os nipônicos a ponto de servir como uma espécie de cônsul, porque, quando os japoneses precisavam relacionar-se com qualquer autoridade era Luís Alexandre de Oliveira quem os representava, mantendo o primeiro diálogo com ditas autoridades.

Isso aconteceu até o início da II Guerra Mundial, e na década de 1940 o governo, devido à situação mundial, decretou que todos os súditos do Eixo (ou seja, uma aliança firmada entre Itália, Japão e Alemanha) declarassem seus bens no Banco do Brasil. Porém quando a decisão chegou em Mato Grosso faltavam apenas quatro dias para esgotar o prazo. Houve correria, apreensão, e todos trabalhavam diuturnamente para que tudo aquilo que a colônia construiu aqui não fosse confiscado pelo governo brasileiro.

Luís Alexandre de Oliveira

Uma cooperativa e três estabelecimentos de ensino (entre eles o Visconde de Cairu) passaram a ser da responsabilidade de um advogado; tudo ficou em seu nome e o decreto foi cumprido. Houve resistências, com dezenas de homens mantendo as perseguições, mas a vitória ficou consagrada, pois naquela ocasião todas as escolas nipônicas do Brasil foram encampadas, menos as do então Mato Grosso. Os inconformados passaram a hostilizar a colônia nipo-brasileira, e alguns japoneses chegaram a ser espancados, motivos que levaram Luís Alexandre a manter um contato com o general Amaro Bittencourt, que era comandante da 9.ª Região Militar.

O general deu todo o apoio necessário ao velho guerreiro, que transmitiu a um major (ele preferiu não citar o nome) as ordens do general. O major resistiu, porque era contra os japoneses, e surgiu um diálogo mais ou menos da seguinte forma:

Major — Por que é que o senhor está tão interessado em defender os japoneses?

Advogado — Defendo quem me pedir ajuda. Defendo brasileiros, japoneses e também norte-americanos.

Major — Não sei se posso ajudá-lo. Vou pensar no caso.

Advogado — Vai ajudar, sim senhor. Não sou qualquer um. Sou um advogado diplomado e estou em pleno direito de exercer as minhas funções.

Major — Eu tenho minhas razões, acho que terei que demorar um pouco na minha decisão.

Advogado — Estou aqui porque já falei com o general e sei exatamente o que o senhor pode fazer, o que é certo, e vai fazer mesmo, pois, caso contrário, terá que se entender com o general.

O caso foi resolvido, os espancamentos e perseguições cessaram e Luís Alexandre de Oliveira saiu vitorioso, encerrando o assunto com aquela frase que ficou marcada em sua vida de lutas e vitórias: "nunca comi amanhecido..."

Luís não se arrepende de nada; está feliz por ter lutado por uma nobre causa e relembra com certo saudosismo o sacrifício que fez para completar o curso de Direito no Rio de Janeiro. Chegou no então Mato Grosso em 1912, ano em que deixou a saudosa Viçosa, seguindo o roteiro abaixo: depois de uma viagem de 26 dias por mar, chegou em Montevidéu; depois, pelo Rio Paraná, foi até Buenos Aires, de onde viajou, pelo Rio Paraguai, até Assunção; de lá seguiu para Porto Esperança, onde viveu com a mãe e dois irmãos durante seis meses. Após isso, passou por Aquidauana e chegou em Campo Grande em 1918, onde vive até hoje, na Rua Rui Barbosa, entre a Avenida Afonso Pena e a Rua Barão do Rio Branco.

(*) ***Jorge Joji Tamashiro*** autor da matéria publicada no Livro "Kibo no Daitsi" – Terra de Esperança – da Associação Okinawa de Campo Grande-MS.

Comissão de Relações Empresariais

Akihiro Ikeda - Presidente

Isidoro Yamanaka – Vice Presidente

Kazuo Watanabe – Vice Presidente

Mitie Nagoshi Mantoku – Secretária

Eiki Shimabukuro

Harumi Arashiro Goya

Henrique Shiguemi Nakagaki

Paulo Hirai

Pedro Paulo Cardoso de Melo

Roberto Yoshihiro Nishio

Toshiro Iwayama

Tuyoci Ohara

Comitê de Redação**:** Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara e Mitie Nagoshi Mantoku

Consultas, dúvidas e comentários

Encaminhe e-mail para: Mitie Nagoshi Mantoku

comissao.empresarial@bunkyo.org.br